

55 ANOS 1963-2018
CERMOFUL

Relatório da
Administração
2018
Contabilidade
Societária e Regulatória





ÍNDICE

I - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO.....	6
II - CARTA DO PRESIDENTE.....	7
III - CONJUNTURA ECONÔMICA	8
IV - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	9
Mercado Atendido.....	10
Consumo por classe de consumidores.....	13
V - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	16
1.Valor adicionado	18
VI - RELAÇÃO COM ASSOCIADOS.....	19
2.Composição acionária	19
3.Comportamento do preço das quotas.....	19
4.Composição das quotas de capital social	19
VII - GESTÃO.....	20
VIII - DESEMPENHO COMERCIAL	24
1.Serviços executados.....	24
2.Subestações	24
3.Alimentadores.....	24
4.Troca de medições	24
5.Vistorias	24
6.Centro de Operação da Distribuição.....	24
IX - PLANO DE ATIVIDADES – 2019	25
1.Distribuição	25
2.Redes e Equipamentos.....	25
3.Comercialização	25
X - BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	26
XI - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	27
XII - DEMONSTRATIVO DE SOBRAS E PERDAS.....	28
XIII - DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	29
XIV - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	30
XV - DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA- DFC.....	32
XVI - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTARIAS	33
XVII - DEMONSTRAÇÃO COMPOSIÇÃO SOBRAS A DISPOSIÇÃO AGO DE 2018.....	34
XVIII - NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETARIAS	35
1.Contexto operacional	35
2.Das permissões.....	35
3.Apresentação das demonstrações contábeis.....	35
4.Principais práticas contábeis.....	36
5.Caixa e equivalentes de caixa.....	39
6.Consumidores	39
6.1. Composição das contas a receber.....	39
6.1.1 Circulante	39
6.1.2 Não Circulante.....	40
7.Serviços em curso.....	40
8.Tributos a compensar.....	40
8.1. Circulante	40
8.2. Não circulante	40
9.Estoques	41
10.Ativos financeiros setoriais.....	41
11.Despesas pagas antecipadamente	41
12.Outros ativos circulantes	41
13.Depósitos judiciais.....	42
14.Ativo financeiro da permissão	42
15.Investimentos	42
16.Intangível.....	43
16.1 Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica.....	44
16.2 – ITG 10 - Custo atribuído.....	44
16.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão	44

16.4 - Redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	44
17.Fornecedores	45
18.Empréstimos e financiamentos	45
18.1. Circulante	45
18.2. Não circulante	45
19.Folha de pagamento	46
20.Tributos	46
20.1 Circulante	46
20.2 Não circulante	47
21.Provisões para litígios	47
22.Encargos setoriais.....	49
23.Passivos regulatórios	49
24.1 Outros passivos circulantes.....	49
24.2 – Outros passivos não circulantes.....	49
25.Obrigações vinculadas à permissão do serviço público	50
26.Patrimônio líquido.....	50
26.1 Capital social	50
26.2 Ajuste de avaliação patrimonial.....	50
26.3 Reservas de sobras	51
26.4 Sobras a distribuir	51
27.Ingresso/Receita operacional.....	51
27.1. Fornecimento de energia elétrica.....	52
27.2. Ativos e passivos regulatórios.....	52
27.3. Serviços cobráveis	52
27.4. Doações, contribuições e subvenções ao serviço concedido	53
27.5. Outros ingressos/receitas operacionais	53
28.Deduções da receita operacional.....	53
29.Energia elétrica comprada para revenda	53
30.Despesas operacionais	54
30.1. Despesas de pessoal.....	54
30.2. Outras despesas operacionais.....	54
30.3. Gastos diversos.....	54
30.4. Outras despesas	55
31.Resultado financeiro.....	55
31.1 Ingresso/Receitas financeiras	55
31.2 Dispendio/Despesas financeiras	55
32.Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	56
32.1. Sobras antes IR e CSLL.....	56
33.Participação nos resultados	56
34.Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	57
35.Transações com partes relacionadas.....	57
36.Instrumentos financeiros	57
37.Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade.....	58
37.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:.....	59
37.2 Conciliação das demonstrações de sobras e perdas:.....	59
38.Programa de recuperação fiscal - REFIS.....	59
39.Seguros.....	60
40.Incorporação CERMOFUL Desenvolvimento:.....	60
41.Doação do imobilizado:.....	61
42.Eventos subsequentes.....	61
PARTICIPAÇÕES	62
AGRADECIMENTOS	63
ROTEIRO EDITORIAL E CONTEÚDO	64
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	65
I - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO.....	66
II - CARTA DO PRESIDENTE.....	67
III – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	68
1.Número de consumidores.....	68
Mercado Atendido.....	69
2.Atendimento a associados.....	69
3.Relações com o mercado	69

4.Comportamento do Mercado	70
5.Balanco Energético.....	70
Consumo por classe de consumidores	72
6.Tarifa de Fornecimento.....	72
7.Qualidade do Fornecimento.....	73
8.Tecnologia da informação.....	73
9.Novos negócios e parcerias.....	74
V - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	75
Investimentos	78
Em 2018, os investimentos da cooperativa, importaram em R\$ 1.490 mil, -52,17% inferior em relação à 2017. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a permissionária estima um investimento total de R\$ 4.996 mil.....	78
Evolução e projetos de investimentos	78
Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da Distribuição.....	78
VI - RELAÇÃO COM ASSOCIADOS.....	79
VII - GESTÃO.....	80
AUDITORES INDEPENDENTES	83
AGRADECIMENTOS	83
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS E NOTAS EXPLICATIVAS 2018.....	84
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	85
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO	86
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	87
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS.....	88
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	89
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL	90
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATORIO E SOCIETÁRIO - ATIVO.....	122
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATORIO E SOCIETÁRIO - PASSIVO.....	123
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS.....	124
18.6.2. Amortização	126
18.7.Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)	126

I - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

ASSOCIADOS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2018.

Em conjunto com as demonstrações contábeis societárias elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, legislação societária brasileira, e Manual de Contabilidade do setor elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da CERMOFUL para a sociedade, parceiros, associados e consumidores.

II - CARTA DO PRESIDENTE

CENÁRIO

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade – CERMOFUL, manteve sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, ampliando seus conhecimentos técnicos e gerenciais nos seus 55 anos de existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº 040/2010, de 30 de julho de 2010, representa a continuidade e regulamentação da empresa em nossa área de atuação, garantindo a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é de 30 (trinta) anos, com cláusula contratual de prorrogação por igual período, o que expressa uma conquista significativa do cooperativismo brasileiro, instituída pela lei nº 12.111 de 09/12/2009.

O ano de 2018 foi pautado pela eleição de presidente da república, deputados e governadores. O consumo de energia, tanto no setor industrial como no residencial, praticamente se manteve. A quantidade de energia distribuída no ano de 2018 foi de 109.375 MWh, sendo que em 2017 foram 109.750 MWh. O setor industrial representou 55% deste consumo.

A administração continuou seu trabalho de recuperação financeira da cooperativa, iniciado em 2017, mesmo com as dificuldades econômicas ocorridas no respectivo ano. Reafirmou o compromisso de continuar tal recuperação, confiante de que em 2020 a situação da cooperativa estará bem melhor. Reduziu as despesas financeiras em 44%. Atuou junto ao setor industrial, com o intuito de trazer novas empresas para nossas poligonais, obtendo êxito. Teremos no ano de 2019 instalação de novas indústrias, as quais elevarão o patamar de consumo e desempenho da cooperativa.

O planejamento estratégico vem sendo cumprido, tendo em vista a preservação da estrutura atual da cooperativa, bem como a melhoria da qualidade dos seus serviços.

III - CONJUNTURA ECONÔMICA

Ambiente macroeconômico

Tivemos um cenário de crescimento econômico mundial, com crescimento do PIB em torno 3,7%. Os EUA tiveram um crescimento em torno de 3%, graças aos estímulos fiscais promovidos por Trump. O Brasil foi parcialmente beneficiado com a guerra comercial entre EUA e China, como no caso do aço. Porém não sabemos como será o comportamento dos EUA em relação a importação de commodities durante os anos de 2019 e 2020.

O Banco Mundial (BM) reduziu sua perspectiva de crescimento da economia mundial para 2019 dos 3% previstos em junho do ano passado para 2,9% e alertou sobre as ainda elevadas tensões comerciais e sobre crescentes pressões financeiras sobre os mercados emergentes. Como causa desta previsão negativa, o BM mencionou o contínuo processo de desaceleração da China - que deve passar de uma expansão econômica de 6,5% em 2018 para 6,2% em 2019 e a um crescimento mais tímido do conjunto dos países da zona do euro, que foi de 1,9% em 2018 e deve ser de 1,6% em 2019. Quanto aos EUA, estes tiveram um crescimento de 3% em 2018, porém as perspectivas são de um crescimento bem menor em 2019. Para a Índia está previsto um crescimento de 7,4%, sendo o crescimento mais representativo dos Brics (“Grupo Economico dos Países Chamados Emergentes” Brasil, Rússia, Índia, China e Africa do Sul).

No Brasil, 2018 foi um ano de incertezas eleitorais, provocando desta forma uma estagnação na economia. Nota-se um cenário otimista pós-eleição, porém ainda de expectativas. O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2018 ficou em 1,25%, conforme relatório FOCUS (Relatório de Mercado do banco Central). A previsão para 2019 é de crescimento de 2,4%, conforme projeções do Banco Central. Para a indústria, o crescimento esperado é de 3,04%. Ainda de acordo com analistas, a previsão para 2020 é de que a inflação fique em torno de 4% e a economia com crescimento de 2,5%. Para 2021 a previsão é de 2,5% para o PIB e 3,75% para a inflação.

IV - DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade distribui energia elétrica no município de Morro da Fumaça com poligonais envolventes no município de Criciúma, Cocal do Sul, Içara, Urussanga e Pedras Grandes, atendendo 13.989 consumidores em sua área de permissão sendo 13.475 associados e 514 público indistinto, não registrando atendimento a consumidores livres. As áreas atendidas indicam para o município de Morro da Fumaça 78,727 km², Criciúma 27,162 km², Cocal do Sul 5,375 km², Içara 10,951 km², Urussanga 3,347 km² e Pedras Grandes 13,942 km².

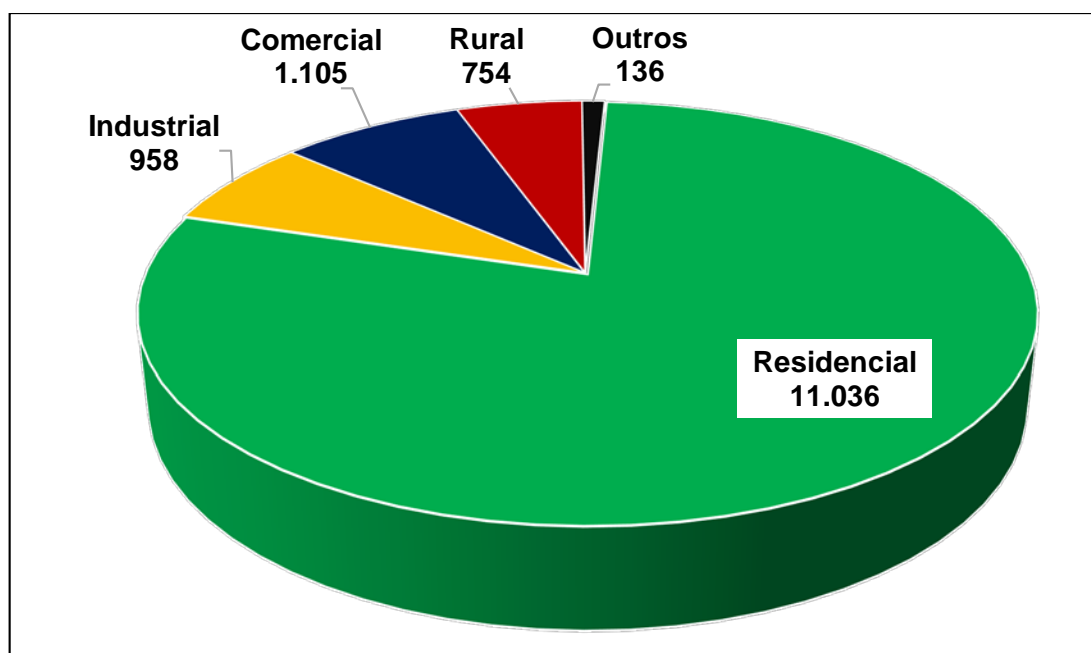
Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano de 2018, 400 (quatrocentos) novas ligações, 507 (quinhentos e sete) religações de unidades consumidoras que estavam desativadas da rede e 660 (seiscentos e sessenta) desligamentos definitivos. Com destaque para as 400 (quatrocentos) ligações novas que foram: 129 (cento e vinte e nove) residenciais, 27 (vinte e sete) comerciais, 06 (seis) rurais, 221 (duzentos e vinte e um) industriais, 14 (quatorze) poderes públicos e 03 (três) serviços públicos; totalizando 13.989 (treze mil, novecentos e oitenta e nove) consumidores atendidos pela permissionária, superior em 1,80% ao ano de 2017.

1. Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 1,80% em relação a dezembro do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	9.799	10.476	10.683	10.891	11.036
Industrial	659	739	798	899	958
Comercial	978	1.052	1.066	1.094	1.105
Rural	719	717	728	743	754
Poderes públicos	90	91	91	94	112
Iluminação pública	6	6	6	6	6
Serviço público	14	13	15	15	18
Total	12.265	13.094	13.387	13.742	13.989
Variação	8,48%	6,76%	2,24%	2,65%	1,80%

Mercado Atendido



2. Atendimento a associados

Como empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária mantém a disposição dos seus associados consumidores, serviço de atendimento, instalado na sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Biff, 151 – Morro da Fumaça – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432616 e 48-3434-8100, com atendimento 24 horas.

Também foram abertos outros canais de informação, facilitando e disponibilizando a informação com maior agilidade e segurança ao associado através de envios de SMS.

3. Relações com o mercado

Ao longo do ano, a cooperativa atendeu seus associados consumidores com serviços sociais. E também realizou assembleia geral na forma estabelecida no estatuto social.

4. Comportamento do Mercado

A distribuição de energia da CERMOFUL no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 109,37 GWh, uma redução de 0,35% em relação ao fornecimento de energia no ano de 2017.

Registrou-se no exercício uma pequena redução no consumo da permissionária sendo a classe industrial o segmento do mercado que mais afetou esse resultado.

Classe	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial (GWh)	23,90	24,77	26,03	26,46	26,69
Industrial (GWh)	71,39	66,90	59,62	61,06	60,54
Comercial (GWh)	12,32	12,08	12,11	12,65	12,48
Rural (GWh)	3,37	3,20	3,33	3,48	3,45
Poderes Públicos (GWh)	0,81	0,81	0,83	0,84	0,89
Iluminação Pública (GWh)	4,29	5,03	5,08	5,09	5,13
Serviço Público (GWh)	0,14	0,16	0,16	0,17	0,19
Energia Faturada (GWh)	116,22	112,95	107,16	109,75	109,37
Varição	+20,12%	-2,81%	-5,13%	+2,42%	-0,35%

5. Balanço Energético

A CERMOFUL permissionária adquiriu da supridora Celesc Distribuição S/A o total de 116.410 MWh/ano incluídos os montantes da energia do PROINFA (Programa de incentivo as fontes alternativas de energia elétrica) e micro geração e distribuiu o equivalente a 109.375 MWh/ano com um percentual de perdas de 6,05%.

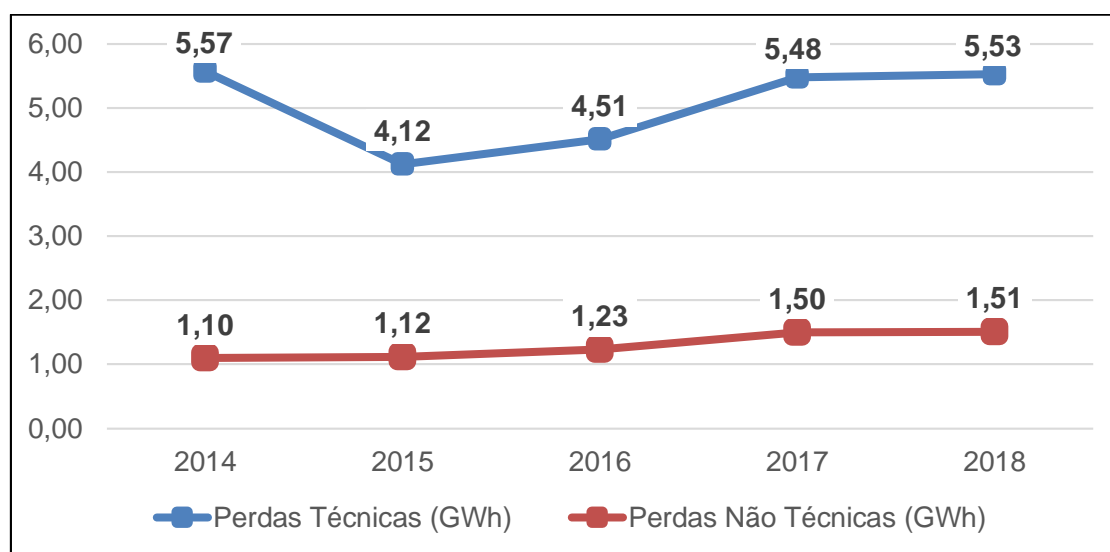
As obras necessárias foram executadas no sistema de distribuição de energia elétrica, para dar maior segurança e confiabilidade ao sistema, garantindo uma melhor qualidade na energia distribuída.

Os índices de qualidade estabelecidos estão ajustados de forma a apresentar a realidade das interrupções de fornecimento.

A continuidade do serviço de manutenção preventiva e corretiva tem evitado e reduzido desligamentos sucessivos.

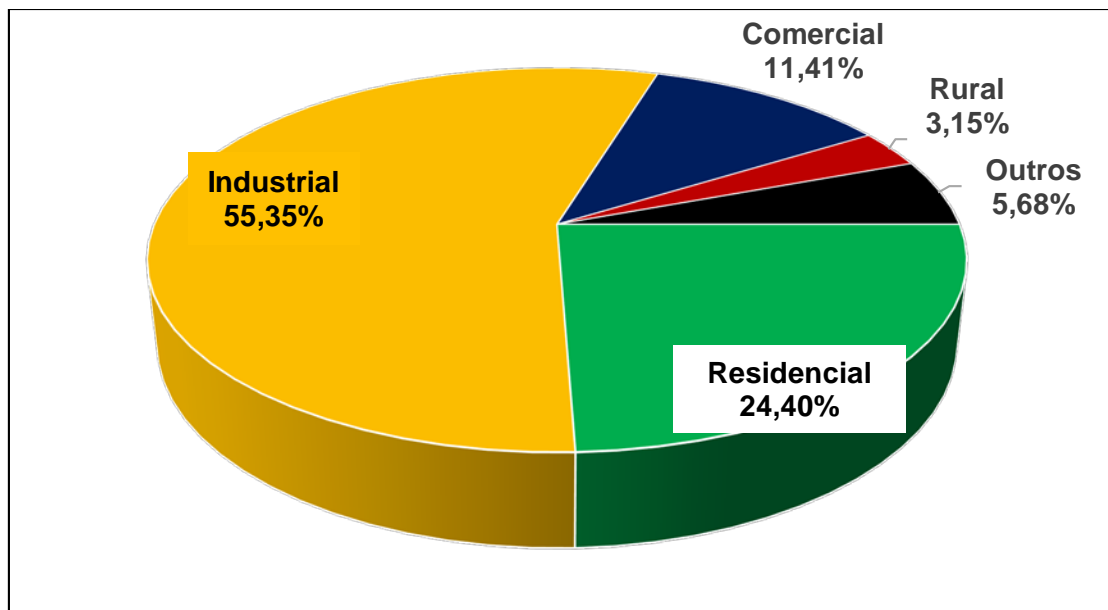
As perdas totais de energia apresentaram uma pequena variação de crescimento de 2018 em relação a 2017.

Balanço Energia	2014	2015	2016	2017	2018
Fornecimento (GWh)	116,22	112,95	107,16	109,75	109,37
Consumidores livres (GWh)	-	-	-	-	-
Mercado Atendido (GWh)	116,22	112,95	107,16	109,75	109,37
Perdas Técnicas (GWh)	5,57	4,12	4,51	5,48	5,53
Perdas Não Técnicas (GWh)	1,10	1,12	1,23	1,50	1,51
Perdas Totais (GWh)	6,67	5,24	5,74	6,98	7,04
Energia Total (GWh)	122,89	118,19	112,90	116,73	116,41
Perdas Totais (%)	5,43	4,43	5,08	5,98	6,05



Consumo por classe de consumidores

CONSUMO EM GWH



6. Tarifa de Fornecimento

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018, atingiu R\$ 374,40/MWh, aumento de 16,94% com relação a dezembro de 2017.

Classe	Tarifa Média de Fornecimento		
	2016	2017	2018
Residencial (R\$/MWh)	371,22	357,84	432,99
Industrial (R\$/MWh)	320,89	311,95	354,80
Comercial (R\$/MWh)	360,46	344,64	412,07
Rural (R\$/MWh)	253,83	256,25	309,95
Outros (R\$/MWh)	315,39	289,65	351,11
Tarifa Média (R\$/MWh)	331,21	320,17	374,40

A tarifa bruta da CERMOFUL está apresentada sem o valor dos impostos aplicados a cada classe de consumo.

7. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (N° interrupções)	Tempo de espera (horas)
2014	4,96	6,79	0,41
2015	2,47	3,37	0,44
2016	2,78	3,02	0,42
2017	2,80	3,18	0,51
2018	3,24	3,76	0,41

8. Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2018, foram mantidos os sistemas operacionais e realizadas as atualizações necessárias.

O setor comercial manteve a priorização a normalização dos padrões de medição de energia elétrica, com a utilização de medição eletrônica nas indústrias as quais foram ações que permitem maior segurança e uma melhor análise dos dados dos consumidores.

A CERMOFUL investiu em software de análise de consumo de energia voltado ao grupo A, que traz o consumo da energia em tempo real, permitindo que o empresário consiga efetuar seu planejamento de custos do mês.

9. Novos negócios e parcerias

No novo ambiente empresarial e de mercado em que a CERMOFUL opera, é fundamental assegurar maior competitividade e melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

No entanto como a permissionária tem sua área de atuação pequena e toda eletrificada, tem voltado seus esforços para o bem estar de seus associados.

Buscando minimizar custos encerrou-se no exercício o processo de incorporação da Cooperativa Fumacense de Desenvolvimento e Infraestrutura.

V - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2018 a permissionária apurou sobras no valor de R\$ 3.059 mil, contra sobras de R\$ 608 mil em 2017.

Atendendo ao disposto no artigo 47 do estatuto social, a CERMOFUL constituiu parte das sobras da seguinte maneira:

I – Fundo de reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento), totalizando R\$ 303.198,84 (trezentos e trez mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos);

II – Fundo de assistência técnica, educacional e social, agora denominado RATES – Reserva de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício, totalizando R\$ 303.198,84 (trezentos e trez mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos);

III – Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício, totalizando R\$ 1.515.994,22 (Um milhão, quinhentos e quinze mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos);

Atendendo ao disposto no artigo 49 do estatuto social, a CERMOFUL constituiu as sobras totais de operações com não associados, depois de descontados os impostos pertinentes, ao RATES (Reserva de assistência técnica, educacional e social totalizando R\$ 27.210,70 (vinte e sete mil, duzentos e dez reais e setenta centavos).

As sobras líquidas da CERMOFUL, após constituição dos fundos está a disposição da Assembleia para sua deliberação, totalizando R\$ 909.596,53 (novecentos e e nove mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e três centavos).

A receita operacional líquida atingiu R\$ 41.876 mil, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 37.159 mil.

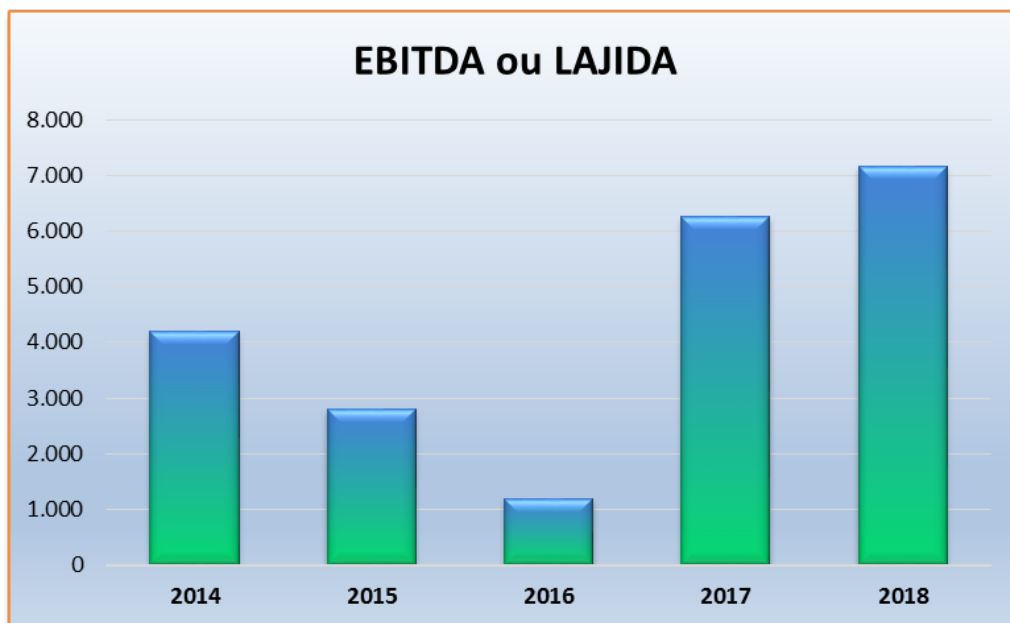
As sobras e perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo.



Fonte: Departamento de contabilidade - CERMOFUL (2018).

As despesas operacionais totalizaram em 2018 R\$ 37.380 mil, 11,69% superiores em relação à 2017, destacando-se as provisões da doação da linha de transmissão no valor de R\$ 3.962 mil aprovada por unanimidade em assembleia no dia 13 de março do ano de 2015, e a provisão de despesa trabalhista com o ex-funcionário Richard Frassom no valor de R\$ 763 mil considerada como perda provável pelo Departamento Jurídico. A rentabilidade do patrimônio líquido do exercício foi de 26,68% contra 3,52% em 2017.

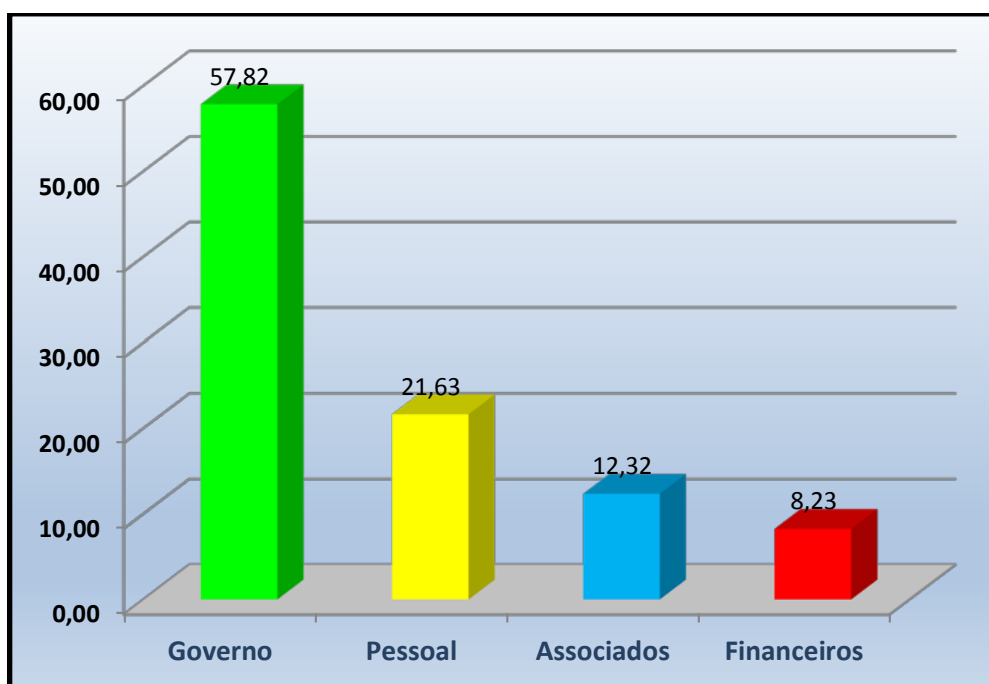
O **EBITDA ou LAJIDA**, sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 7.170 mil, superior em 14,43% a 2017, que foi de R\$ 6.266 mil, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento de contabilidade - CERMOFUL (2018).

1. Valor adicionado

Em 2018, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 24.826 mil, representando 45,31% da receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Fonte: Departamento de contabilidade - CERMOFUL (2018).

VI - RELAÇÃO COM ASSOCIADOS

1. Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados é garantido estatutariamente a decisão sobre as sobras líquidas apuradas e perdas quando ocorrer.

Como ocorreu sobras no exercício a permissionária atendendo a legislação cooperativista e estatuto social constituiu os fundos conforme determinação estatutária e o saldo será deliberado em assembleia geral ordinária.

2. Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da permissionária era de R\$ 11.683 mil, composto por 11.683 mil quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

3. Comportamento do preço das quotas

De janeiro a dezembro de 2018, as quotas mantiveram os preços estabelecidos na reforma estatutária realizada no dia 27 de março de 2014 que estabeleceu em seu artigo 15º aumento ao capital mínimo a ser subscrito e integralizado por novos associados.

4. Composição das quotas de capital social

Número de associados	
Total de associados em dezembro de 2017	15.661
(+) Admitidos em 2018	551
(-) Demitidos em 2018	-
(-) Eliminados em 2018	-
(-) Excluídos em 2018	2
Total	16.210

VII - GESTÃO

1. Administração:

A CERMOFUL mantém sua estrutura organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de venda de energia elétrica para garantir aos consumidores que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

2. Planejamento empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

O planejamento que a permissionária executa é monitorado constantemente e para obtenção de êxito seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico são revistas periodicamente.

A permissionária define suas ações com base no planejamento estratégico por meio de cenários alternativos.

Essa decisão administrativa proporciona o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade criando um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Tendências identificadas serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

A visão facilitada pelo planejamento possibilitou a permissionária suportar as variações de mercado e tarifaria ocorrida no exercício.

3. Gestão pela qualidade

Em 2018, a CERMOFUL alcançou a recertificação da gestão da qualidade, agora na versão atualizada da ISO 9001/2015, adequando-se as novas diretrizes da mesma nas atividades relacionadas a qualidade que compreende todos os setores da permissionária.

4. Recursos humanos

Em 2018 a permissionária realizou investimentos em programas de formação técnica, permitindo aos funcionários se aperfeiçoarem, executando serviços de suma importância a permissionária, trazendo o conhecimento como patrimônio da empresa e também investiu em treinamentos de capacitação executados com recursos oriundos de auxílio do SESCOOP.

5. Responsabilidade social

A permissionária continua a priorizar seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

6. Permissionária em números

Dados operacionais	2018	2017	%
Linhas de distribuição (km)	744,98	726,02	2,61
Capacidade instalada (MVA)	55,66	59,03	-5,71
Extensão de rede (km)	512,73	498,60	2,83

Atendimento	2018	2017	%
Número de consumidores	13.989	13.742	1,80
Número de empregados	46	47	-2,13
Número de consumidores por empregado	304	292	4,01
Número de postos de atendimento	2	2	-

Mercado	2018	2017	%
Área de permissão (Km ²)	139,05	139,05	0,00
Demanda máxima (MW)	25,05	24,69	1,46
Distribuição direta (MWh)	109.375	109.746	-0,34
Consumo residencial médio (MWh/ano)	2,22	2,20	0,89
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	374,40	320,17	16,94
Tarifas médias Residencial (R\$ por MWh)	432,99	357,84	21,00
Tarifas médias Industrial (R\$ por MWh)	354,80	311,95	13,74
Tarifas médias Comercial (R\$ por MWh)	412,07	344,64	19,56
Tarifas médias Rural (R\$ por MWh)	309,95	256,25	20,96
Tarifas médias Poderes públicos (R\$ por MWh)	439,26	362,49	21,18
Tarifas médias Iluminação pública (R\$ por MWh)	241,35	199,27	21,12
Tarifas médias Serviços públicos (R\$ por MWh)	372,73	307,20	21,33
DEC (horas) – Conjunto – Cermoful	3,24	2,80	15,71
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Cermoful	3,76	3,18	18,24
População atendida – Rural (em milhares)	47,16	46,54	1,34
Número de reclamações para 13.989 consumidores	1.380	1.195	15,48

7. Área de permissão



VIII - DESEMPENHO COMERCIAL

1. Serviços executados

Redes de distribuição	Redes novas	
	Alta tensão	Baixa tensão
Área de atuação	6,71	13,27

2. Subestações

Municípios	Transformadores	
	Implantados	Substituídos
Área de atuação	77	48

3. Alimentadores

As atividades planejadas que permitem atender todas as normas de controle de qualidade, a escolha visando a melhor alternativa de expansão, melhoria e confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e no atendimento dos consumidores foram realizadas ao longo do exercício.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de distribuição foram executados com equipes especializadas, própria e eventualmente de terceiros melhorando os índices de qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

4. Troca de medições

No período foram executados 274 serviços de troca de medição sem que os custos de mão de obra fossem repassados ao associado.

5. Vistorias

O serviço de vistorias e troca de medições nas unidades consumidoras é uma constante o que reduz as perdas elétricas do sistema de distribuição. Foram realizadas 518 vistorias.

O setor comercial manteve a priorização a normalização dos padrões de medição de energia elétrica, com a utilização de medição eletrônica nas indústrias as quais foram ações que permitem maior segurança e uma melhor análise dos dados dos consumidores.

6. Centro de Operação da Distribuição

O centro de operação da distribuição (COD) atendeu a **10.117** chamadas nas diversas localidades atendidas resultando em várias ocorrências, em serviços de correção no sistema de distribuição e também orientação do consumidor nos procedimentos corretos para o uso da energia elétrica.

IX - PLANO DE ATIVIDADES – 2019

1. Distribuição

2. Redes e Equipamentos

Redes e Equipamentos	2019
Automação/Telemetria Medidores Grupo A4	R\$ 35.000,00
Manutenção SE CML	R\$ 25.000,00
Medidores e Ramais	R\$ 27.000,00
Melhoria sistema COD	R\$ 50.000,00
Obras de manutenção	R\$ 270.000,00
Obras de melhoria	R\$ 450.000,00
TOTAL	R\$ 857.000,00

3. Comercialização

Intensificar o serviço de fiscalização nas unidades consumidoras para reduzir perdas não técnicas.

Aprimorar os controles para monitorar o atendimento de forma a melhorar as metas de desempenho comercial.

Melhorar o canal de comunicação com os associados e consumidores.

X - BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2018	2017
ATIVO			
Circulante		14.442	12.601
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.821	570
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.1.1	10.494	9.895
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.1.1	(1.493)	(1.601)
Serviços em curso	7	1.456	1.350
Tributos a compensar	8.1	257	201
Estoque	9	691	450
Ativos financeiros setoriais	10	258	290
Despesas pagas antecipadamente	11	31	31
Outros ativos circulantes	12	927	1.415
Não Circulante		39.860	43.456
Realizável a longo prazo		6.520	6.361
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.1.2	1.831	1.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.1.2	(815)	(853)
Tributos a compensar	8.2	28	64
Depósitos judiciais	13	41	50
Ativo financeiro da permissão	14	5.435	5.201
Investimentos	15	414	394
Intangível em serviço	16	30.911	34.809
Intangível em curso	16	2.015	1.892
TOTAL DO ATIVO		54.302	56.057

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

XI - BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2018	2017
PASSIVO			
Circulante		14.796	13.501
Fornecedores	17	2.457	1.582
Empréstimos e financiamentos	18.1	762	578
Folha de pagamento	19	861	802
Tributos	20.1	4.001	3.975
Provisão para litígios	21	1.221	459
Encargos setoriais	22	1.094	927
Passivos regulatórios	23	344	764
Outras passivos circulantes	24.1	4.056	4.414
Não Circulante		19.896	27.076
Empréstimos e financiamentos	18.2	6.971	8.889
Tributos	20.2	2.479	5.114
Provisões para litígios	21	2.263	2.263
Outros passivos não circulantes	24.2	2.273	5.752
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	25	5.910	5.058
Patrimônio líquido	26	19.610	15.480
Capital social	26.1	11.683	10.614
Ajuste de avaliação patrimonial	26.2	736	736
Reservas de sobras	26.3	6.281	3.948
Sobras a disposição da AGO	26.4	910	182
TOTAL DO PASSIVO		54.302	56.057

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

XII - DEMONSTRATIVO DE SOBRAS E PERDAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2018	2017
Ingresso/Receita operacional	27	60.417	54.355
Fornecimento de energia elétrica	27.1	56.196	48.676
Ativos e passivos regulatórios	27.2	49	2.031
Serviços Cobráveis	27.3	64	49
Doações, Contrib. e subvenções ao Serviço Concedido	27.4	848	484
Outros Ingressos/Outra receitas Operacionais	27.5	3.260	3.115
(-) Deduções da receita operacional	28	18.540	17.196
ICMS		12.806	11.141
PIS-PASEP		25	19
COFINS		117	86
Encargos setoriais		5.592	5.950
(=) Ingresso/Receita operacional líquida		41.877	37.159
(-) Custo do serviço de energia elétrica		37.380	33.466
Custo da Energia Comprada	29	17.921	14.901
Energia elétrica comprada para revenda		10.860	9.574
Encargo de uso do sistema de distribuição		7.061	5.327
Custo de operação	30	19.459	18.565
Pessoal	30.1	6.142	6.880
Administradores	30.1	462	451
Material	30.2	552	461
Serviços de terceiros	30.2	1.820	1.949
Arrendamentos e aluguéis	30.2	354	443
Seguros	30.2	36	34
Tributos	30.2	124	84
Depreciação e amortização	30.2	2.020	1.986
Gastos diversos	30.3	2.475	4.899
Outras despesas operacionais	30.4	5.474	1.378
(=) Resultado da Atividade		4.497	3.693
(+/-) Resultado financeiro	31	(1.389)	(3.085)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda		3.108	608
(-) Contribuição social	32.1	(19)	-
(-) Imposto de renda	32.1	(30)	-
(=) Sobras líquidas do exercício	32.1	3.059	608
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - Estatuto Social - 10%		(303)	(61)
RATES - Art. 47, inc. II - Estatuto Social - 10%		(303)	(61)
Fundo exp.manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - Estatuto Social - 50%		(1.516)	(304)
RATES - Operações com terceiros		(27)	-
(=) SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO		910	182

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

XIII - DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						
	Capital Social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de lucros			Saldo a disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	FEMSD	RATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.695	736	527	6.863	2	(3.870)	14.953
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	22	-	-	-	-	-	22
Capital a integralizar	5	-	-	-	-	-	5
Devolução de capital	(108)	-	-	-	-	-	(108)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	3.870	3.870
Realização de reservas/fundos	-	-	(527)	(3.343)	-	-	(3.870)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	1.400	1.400
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	(792)	(792)
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	61	-	-	(61)	-
Rates	-	-	-	-	61	(61)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	304	-	(304)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.614	736	61	3.824	63	182	15.480
Capital Social							
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	1.401	-	-	-	-	-	1.401
Capital a integralizar	-	-	-	-	-	-	-
Devolução de capital	(332)	-	-	-	-	-	(332)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	182	182
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	3.032	3.032
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	27	27
Rates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	27	27
Destinações estatutárias:						(27)	(27)
Fundo de reserva	-	-	304	-	-	(303)	1
Rates	-	-	-	-	331	(330)	1
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	1.698	-	(1.880)	(182)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.683	736	365	5.522	394	910	19.610

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
 Contador
 CRC/SC 031791/O-6

XIV - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2018	2017
Receitas	54.790	47.886
Venda de energia e serviços	56.309	50.756
Compartilhamento de infraestrutura	771	488
Outras receitas	3.337	3.111
Encargos setoriais	(5.592)	(5.950)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(35)	(519)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	28.597	23.546
Insumos consumidos	17.921	14.901
Serviços de terceiros	1.820	1.949
Materiais	552	461
Outros	8.304	6.235
(=) Valor adicionado bruto	26.193	24.340
(-) Quotas de reintegração	2.020	1.986
Depreciação, amortização e exaustão	2.020	1.986
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	24.173	22.354
(+) Valor adicionado recebido em transferência	653	587
Receitas financeiras	653	587
(=) Valor adicionado total a distribuir	24.826	22.941
Distribuição do valor adicionado	24.826	22.941
Pessoal	5.369	6.118
Remuneração direta	4.399	4.705
Auxílio alimentação	277	339
Assistência médica/Plano de saúde	186	184
Encargos sociais exceto INSS	446	582
Outros	61	308
Governo	14.355	12.543
Federais	1.487	1.376
INSS (Folha de pagamento)	1.235	1.213
Imposto de renda e contribuição social	49	0
Pis/cofins	202	159
Outros	1	4

Continua....

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2018	2017
Estaduais	12.848	11.165
ICMS	12.806	11.141
IPVA	35	17
Outros	7	7
Municipais	20	2
IPTU	1	2
Alvará	4	0
Outros	16	0
Remuneração de capital de terceiros	2.042	3.672
Outras despesas financeiras	2.042	3.672
Remuneração de capitais próprios	3.059	608
Sobras do exercício	3.059	608
Valor adicionado (médio) por empregado	517	488

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

XV - DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA- DFC

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2018	2017
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	910	182
Despesas (receitas que não afetam o caixa)	6.703	2.940
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(108)	484
Provisão para litígios	762	470
Provisão para Doação Linha de Transmissão	3.962	-
Depreciação e amortização	2.087	1.986
Resultado ajustado do exercício	7.613	3.122
Redução (aumento) no ativo circulante	(483)	(1.266)
Consumidores	(600)	(1.665)
Tributos a compensar	(56)	89
Estoque	(241)	159
Serviços em curso	(106)	209
Despesa do exercício seguinte	0	(15)
Outros ativos circulantes	520	(43)
Aumento (redução) no passivo circulante	349	(5.287)
Fornecedores	875	(4.535)
Folha de pagamento	59	(41)
Tributos	26	672
Encargos setoriais	167	(169)
Passivos regulatórios	(420)	(1.460)
Outras contas a pagar	(358)	246
Redução (aumento) no ativo não circulante	(159)	(114)
Tributos a compensar	36	118
Depósitos judiciais	9	(36)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	68	214
Ajuste a valor presente	(38)	(68)
Ativos financeiros da permissão	(234)	(342)
Redução (aumento) no passivo não circulante	(5.262)	5.482
Tributos e contribuições sociais	(2.635)	2.112
Outros passivos não circulantes	(3.479)	2.305
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	852	1.065
Total das atividades operacionais	2.058	1.937
Atividades de investimento		
Redução/Aumento no intangível	(2.273)	3.137
Outros Investimentos/pagamentos	(20)	(17)
Total das atividades de investimento	(2.293)	3.120
Atividades de financiamento		
Variação de Empréstimos e Financiamentos	(1.734)	(1.461)
Capital social	1.069	(81)
Utilização de reservas	2.151	(3.569)
Total das atividades de financiamento	1.486	(5.111)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	1.251	(54)
Saldo inicial de caixa	570	624
Saldo final de caixa	1.821	570
Variação no caixa e equivalentes de caixa	1.251	(54)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

XVI - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTARIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2018	2017
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.032	608
(+/-) Resultados Abrangentes	-	0
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do RATES NBC ITG 2004	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.032	608
RESULTADO COM TERCEIROS	27	(792)
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	27	(792)
Base para destinações legais e estatutárias	3.059	608
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - Estatuto Social - 10%	(303)	(61)
RATES - Art. 47, inc. II - Estatuto Social - 10%	(303)	(61)
Fundo exp.manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - Estatuto Social - 50%	(1.516)	(304)
RATES - Operações com terceiros	(27)	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	910	182

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

XVII - DEMONSTRAÇÃO COMPOSIÇÃO SOBRAS A DISPOSIÇÃO AGO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2018	2017
TOTAL DE RECURSOS	3.059	608
RECURSOS COM ASSOCIADOS	3.032	1.400
Sobra Líquida do exercício (Atividades com associados)	3.032	1.400
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8	-	-
RECURSOS COM NÃO ASSOCIADOS	27	(792)
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com não associados)	27	(792)
(-) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(2.149)	(426)
RATES (Atividades com associados)	(303)	(61)
RATES (Atividades com não associados)	(27)	-
Fundo expansão e manutenção sistema distribuição	(1.516)	(304)
Fundo de reserva	(303)	(61)
(-) AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	-
(=) SALDO A DISPOSIÇÃO DA AGO	910	182

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
 Contador
 CRC/SC 031791/O-6

XVIII - NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETÁRIAS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)**

1. Contexto operacional

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade é uma sociedade cooperativa, de capital aberto, controlada pelos associados, regida pela Lei nº 5.764/71, com atividade de prestação de serviço de distribuição de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo esta atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Dentro do seu quadro associativo a CERMOFUL possui 16.210 pessoas físicas e jurídicas, dos quais 13.989 estão em atividade de consumo de energia, onde 13.475 são associados e 514 não associados e pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2. Das permissões

A permissão para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica é consolidada no contrato nº 040/2010-ANEEL, com área de atuação no município de Morro da Fumaça, com poligonais envolventes nos municípios de Criciúma, Içara, Cocal do Sul, Urussanga e Pedras Grandes.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

Elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, Resolução do CFC nº 1.255/09, e alterações, NBC TG 1000 que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 605/14 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC TG2004, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL e demais orientações publicada.

- ❖ Adoção do modelo de apresentação da PAC - Prestação Anual de Contas;
- ❖ Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- ❖ Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT - Relatório de Informações Trimestrais;
- ❖ Aplicação do plano de contas;
- ❖ Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização dos custos com deslocamento (km) para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização da renda não faturada;
- ❖ Contabilização do rateio da administração central para atividades;
- ❖ Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R4) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da CERMOFUL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL apresenta no encerramento do exercício de 2018 as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010 e alterações posteriores.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais se necessário conforme decisão do conselho de administração emanada da reunião realizada em 29 de janeiro de 2019 e referenciada pela assembleia geral ordinária a realizar em março de 2019.

➤ **Caixa e equivalentes de caixas**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

➤ **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2018, contabilizado com base no regime de competência.

➤ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de associados e consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

➤ **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, sendo que, para se trazer a valor presente foi aplicada a taxa de desconto equivalente aos encargos futuros embutidos, variável conforme a situação.

➤ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, assim como aqueles destinados a investimentos e que estão classificados no ativo imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição.

➤ **Ativos e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o aditamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC - CTG 08 de 05 de dezembro de 2014.

➤ **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

➤ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

➤ **Intangível**

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzida a amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa de um ativo intangível são reconhecidos no resultado do exercício quando o ativo é baixado.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

➤ **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

➤ **Estimativas**

A CERMOFUL revisa as estimativas anualmente quando da preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

➤ **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos, conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

➤ **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

➤ **Provisão para litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores jurídicos.

Estão sendo apresentadas, nesta rubrica, às provisões para contingências liquidas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

➤ **Reconhecimento dos ingressos/receitas**

Todas os ingressos/receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CERMOFUL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 47, aprovada pela Resolução 2016NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

➤ **Ingresso/Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

➤ **Ingresso/Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 17 (R1) "Contratos de Construção" e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A

permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

➤ **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

➤ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

➤ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Legislação societária	
	2018	2017
Caixa	2	6
Bancos	1.819	564
Total	1.821	570

6. Consumidores

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos cinco dias referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

	Legislação societária	
	2018	2017
Faturados	13.989	13.742
Total	13.989	13.742

6.1. Composição das contas a receber

6.1.1 Circulante

Legislação societária									
Consumidor	Vincendos	Vencido ate 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos	Renegociadas	Provisão para devedores duvidosos (renegociadas)	Saldo	
					2018		2018	2018	2017
Residencial	1.329	526	317	2.172	317	42	25	1.872	1.526
Industrial	2.098	709	874	3.681	834	1.651	147	4.351	4.339
Com., serviço e outras ativ.	692	233	160	1.085	128	270	21	1.206	1.032
Rural	143	32	3	178	3	1	1	174	167
Poder público	49	-	-	49	-	-	-	49	46
Iluminação pública	172	-	14	186	14	56	2	226	158
Serviço público	7	1	-	8	-	-	-	8	20
Serviço taxado	5	4	3	12	3	-	-	9	9
Receita não faturada	744	-	-	744	-	-	-	744	634
Participação do consumidor	76	-	26	102	-	-	-	102	143
Outros	260	-	-	260	-	-	-	260	220
Total	5.575	1.505	1.397	8.477	1.299	2.019	196	9.001	8.294

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução Normativa ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A receita não faturada corresponde ao intervalo de fornecimento em que é efetivada a leitura de consumo e o mês de competência do faturamento.

6.1.2 Não Circulante

	Legislação societária	
	2018	2017
Parcelamento de energia consumidores	1.831	1.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(815)	(853)
Total	1.016	1.046

7. Serviços em curso

Créditos	Legislação societária	
	2018	2017
Serviços próprios	153	60
Serviço prestado a terceiros	1.303	1.290
Total	1.456	1.350

8. Tributos a compensar

8.1. Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2018	2017
ICMS sobre compras ativo imobilizado	49	133
Outros	208	68
Total	257	201

8.2. Não circulante

Não circulante	Legislação societária	
	2018	2017
ICMS sobre compras ativo imobilizado	28	64
Total	28	64

9. Estoques

	Legislação societária	
	2018	2017
Almoxarifado de serviço	611	353
Almoxarifado de sucata	7	21
Adiantamento a fornecedores	73	76
Total	691	450

10. Ativos financeiros setoriais

	Legislação societária	
	2018	2017
Neutralidade da Parcela "A" - CDE	218	271
Neutralidade da Parcela "A" - PROINFA	39	17
Neutralidade da Parcela "A" - TFSEE	1	2
Total	258	290

11. Despesas pagas antecipadamente

	Legislação societária	
	2018	2017
Seguros	20	22
Outros	11	9
Total	31	31

12. Outros ativos circulantes

Circulante	Legislação societária	
	2018	2017
Empregados	110	44
Fornecedores	153	693
Títulos de crédito a receber	349	356
Serviços prestados a terceiros	15	3
Alienação de bens e direitos	77	77
Dispêndios a reembolsar	1	1
Convênio de arrecadação	16	16
Reembolsos do fundo da CDE	130	70
Outros	179	112
Desativações em curso	(36)	68
(-) AVP - NBC TG 12	(67)	25
Total	927	1.415

13. Depósitos judiciais

	Legislação societária	
	2018	2017
Bloqueio Judicial	-	9
Ações Trabalhistas	27	27
Ações de Consumidores	14	14
Total	41	50

14. Ativo financeiro da permissão

	Legislação societária	
	2018	2017
Terrenos	288	288
Edificações, obras civis e benfeitorias	84	78
Maquinas e equipamentos	4.987	4.759
Software	3	3
Servidões	73	73
Outros	-	-
Total	5.435	5.201

15. Investimentos

	Legislação societária	
	2018	2017
Avaliadas pelo custo de aquisição		
Fecoerusc	4	4
Sicoob/SC - Credija	352	349
Sicredi - Sicredi Sul SC	50	41
SC Geracoop	5	-
Consortio Sicredi	3	-
Total	414	394

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Legislação societária	
			2018	2017
			Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	43.415	15.274	28.141	33.077
Bens da Permissão	43.416	15.274	28.142	33.077
Administração	4.800	2.031	2.769	1.732
Bens da Permissão	4.800	2.031	2.769	1.732
	48.215	17.305	30.910	34.809
Em curso				
Distribuição	1.992	-	1.992	1.759
Bens da Permissão	1.992	-	1.992	1.759
Administração	23	-	23	133
Bens da Permissão	23	-	23	133
	2.015	-	2.015	1.892
Total	50.231	17.305	32.926	36.701

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, Resolução ANEEL nº. 674/2015 são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores – tensão < 69 kV	6,67
Chave de distribuição - tensão < 69kV	6,67
Condutor do sistema - tensão < 69kV	3,57
Estrutura do sistema - tensão < 69kV	3,57
Medidor	4,00
Regulador de tensão < 69 kV	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29
Administração	Taxas anuais de depreciação

	(%)
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

No exercício não foram amortizadas quotas dos valores de Softwares licenciado para a CERMOFUL em função da manutenção e atualização destes estar garantida em contratos os quais tem seu valor computado nas despesas.

16.1 Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A CERMOFUL não possui valores resultantes de tais contribuições até a assinatura do contrato de permissão, sendo todos os investimentos em redes de distribuição financiados com recursos dos associados.

A participação financeira do consumidor é calculada na forma estabelecida pela Resolução normativa nº 414/2010 e suas alterações.

16.2 – ITG 10 - Custo atribuído

O Conselho de Administração entende que as normas regulatórias estabelecidas pelo poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, representam satisfatoriamente as estimativas e taxas de depreciação.

As taxas de depreciação são determinadas a partir de estudos periódicos, utilizando ainda a contribuição das empresas, a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico, portanto, de conformidade com a NBC TG 27(R1), aprovada pela Resolução nº 1.177/09 do CFC.

16.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão

O Conselho de administração determinou a aplicação das disposições emanadas desta norma ITG 01(R4) resolução 1261/2009 no balanço societário do exercício 2018.

16.4 - Redução ao valor recuperável - *Impairment*

O Conselho de Administração, observando o disposto na Resolução normativa nº 674/2015, que instituiu o MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, resolve não promover *Impairment* dos bens constantes do ativo imobilizado conforme NBC TG 01(R4), aprovada pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

A recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão, quando do rompimento ou encerramento deste.

17. Fornecedores

	Legislação societária	
	2018	2017
Suprimento	2.219	1.366
Materiais e serviços	238	216
Total	2.457	1.582

18. Empréstimos e financiamentos

18.1. Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2018	2017
Financiamentos		
Capital de giro	663	578
Financiamento de bens	99	-
Total	762	578

18.2. Não circulante

Não Circulante	Legislação societária	
	2018	2017
Financiamentos		
Capital de giro	514	1.177
Financiamento de bens	6.457	7.712
Total	6.971	8.889

Instituição Bancária	Modalidade	Nº Contrato	Vencimento	Taxa Mensal	Circulante	Não Circulante
Sicoob/SC Credija	- Capital de Giro	800.796	25/11/2020	1,54	471	514
Sicoob/SC Credija	- Capital de Giro	718.792	04/11/2019	1,97	192	-
Total Sicoob/SC - Credija					663	514
Santander	Finame	60083120-01	31/03/2020	1,30	45	12
Santander	Finame	60083127-01	18/11/2019	4,50	29	-
Santander	Finame	860000004820	30/12/2019		25	-
Total Santander					99	12
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229703013	15/12/2023	4,9 A.A + TJLP	-	5.217
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705105	15/12/2023	3,5 A.A	-	750
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705709	15/12/2023	3,5 A.A	-	56
BRDE - BNDES	BNDES Automático	230430012	15/01/2024	3,5 A.A	-	100
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229704010	15/12/2018	3,5 A.A	-	-

BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705504	15/12/2023	3,5 A.A	-	81
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705202	15/12/2023	3,5 A.A	-	40
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705300	15/12/2023	3,5 A.A	-	22
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705407	15/12/2023	3,5 A.A	-	58
BRDE - BNDES	BNDES Automático	231098011	15/05/2024	4,5 A.A	-	121
Total BRDE – BNDES					-	6.445
Total geral					762	6.971

19. Folha de pagamento

	Legislação societária	
	2018	2017
Folha de pagamento	690	639
Tributos e contribuições sociais retidos na fonte	148	147
Consignação em favor de concessionária e/ou terceiros	8	16
Férias a pagar	15	-
Total	861	802

20. Tributos

20.1 Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2018	2017
ICMS	1.012	1.026
PIS sobre faturamento	4	2
COFINS sobre faturamento	20	10
Imposto de renda	1	-
Contribuições sociais	323	300
ISS	-	-
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte	2	2
Parcelamentos	2.639	2.635
Total	4.001	3.975

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade é uma sociedade cooperativa, e consequentemente amparada pela Lei 5.764/71, não tributa com PIS e COFINS suas operações com associados.

As atividades com terceiros (não associados), como a venda de bens e serviços são tributados com 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) de PIS e 3,00% (três pontos percentuais) de COFINS, conforme determina a legislação vigente.

20.2 Não circulante

Não circulante	Legislação societária	
	2018	2017
ICMS parcelado	2.547	5.204
(-) AVP juros	(68)	(90)
Total	2.479	5.114

- ❖ Tributos sobre a receita:
 - ICMS definido em legislação estadual.
 - IRPJ apurado na forma da Lei 11.941/2009 que determina o enquadramento da permissionária a adoção do regime de apuração na modalidade “Lucro Real”.
 - A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foi calculado sobre as operações com não associados.
- ❖ Contribuições sociais sobre a receita:
 - PIS/COFINS calculados conforme as Leis nº 9.715/98 e nº 9.718/98, alterada parcialmente pela Medida Provisória nº 2158-35/2001.
- ❖ Contribuições sociais trabalhistas:
 - INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento calculada na forma da consolidação das leis do trabalho (CLT).

21. Provisões para litígios

Circulante	Legislação societária					
	2018			2017		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas cíveis						
Cíveis						
De consumidores	(2)	57	14	-	59	-
Total	(2)	57	14	-	59	-

A CERMOFUL possui 07 processos; sendo 01 do autor: Realdo Correa, referente à fornecimento de energia elétrica com perda provável de R\$ 18.740,00; sendo 01 do autor: Município de Içara, referente a execução Fiscal com perda provável de R\$ 980,00; sendo 02 do autor: Liberty Seguros S/A referente à ressarcimento de danos elétricos com perda provável de R\$ 7.789,00; sendo 01 do autor: Alliaz Seguros S/A referente à ressarcimento de danos elétricos com perda provável de R\$ 4.160,00; sendo 01 do autor: Chubb Seguros S/A referente à ressarcimento de danos elétricos com perda provável de R\$ 6.336,47 e 01 referente a danos morais do autor: Albertino Figueiredo com perda provável de R\$ 19.080,00, sendo que as mesmas foram reconhecidas na contabilidade, conforme determina a NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução 2018/REVISÃO NBC01 do CFC.

Além dos valores supracitados referentes a possibilidade de perdas prováveis, relatamos os processos com prognóstico de perdas possíveis, sendo 01 do autor: Flach & Philippsen no valor de R\$ 350.000,00; sendo 01 do autor: Wolfgang Ricardo Rowel Junior no valor de R\$ 158.031,00 e 01 processo do autor: Pedro de Villa no valor de R\$ 374.800,00, totalizando o valor de R\$ 882.831,00

Legislação societária						
Circulante	2018			2017		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas trabalhistas						
Trabalhista						
De trabalho	764	1.164	27	-	400	-
Total	764	1.164	27	-	400	-

A CERMOFUL possui 03 processos trabalhistas com perdas prováveis, sendo 01 do autor: Richard Frasson no valor de R\$ 1.057.000,00; sendo 01 do autor: Alexandre Espindula Patrício no valor de R\$ 95.746,00 e 01 processo do autor: Silvonei Correa de Quadra no valor de R\$ 11.000,00.

As mesmas foram reconhecidas na contabilidade, conforme determina a NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução 2018/REVISÃO NBC01 do CFC.

Legislação societária						
Não circulante	2018			2017		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas cíveis						
Fiscais						
Provisão de PIS e COFINS sobre receita Ato Cooperativo	-	1.884	-	-	1.884	-
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste Avaliação Patrimonial	-	379	-	-	379	-
Total	-	2.263	-	-	2.263	-

• **Secretaria da Receita Federal do Brasil**

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade foi notificada, no exercício de 2006, através dos seguintes processos: 11516.003.297/2006-75 - IRPJ e CSLL; 11516.003.295/2006-86 - COFINS e 11516.003.296/2006-21 - PIS.

A notificação referia-se ao período compreendido entre 02/2001 a 12/2005, tendo valor total de R\$1.796.691,82, resultando na constituição de provisão de contingência, mantida no passivo não circulante pelo valor original de R\$ 1.883.608,30, corrigida até o término do exercício em que ocorreu o ato fiscal.

Com relação aos processos de PIS e COFINS, a assessoria jurídica manifesta prognóstico com perspectiva de nulidade do ato fiscal, porém, por uma questão de prudência se mantém o valor provisionado até o julgamento final do mérito.

Relativamente ao período posterior a 12/2005, não foram efetuados cálculos e provisão de valores, havendo entendimento do Conselho de Administração de que as operações realizadas pela CERMOFUL possuem características de ato cooperativo sobre as quais, não devem incidir tributos e contribuições.

A receita federal já reconheceu a ilegalidade de parte da notificação mantendo a CERMOFUL a discussão judicial de nulidade de todos os efeitos sendo que não ocorreu baixa visto que os valores se corrigidos manteriam-se inalterados.

22. Encargos setoriais

	Legislação societária	
	2018	2017
Conta de desenvolvimento energético – CDE	314	262
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	251	236
Programa de eficiência energética – PEE	447	421
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	9	8
PROINFA	73	-
Total	1.094	927

23. Passivos regulatórios

	Legislação societária	
	2018	2017
Neutralidade da parcela "A"	14	17
Adicional de bandeiras	163	747
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	167	-
Total	344	764

24.1 Outros passivos circulantes

Circulante	Legislação societária	
	2018	2017
Consumidores	52	90
Empregados	9	1
Suprimento	3.536	3.817
Outros credores	459	506
Total	4.056	4.414

24.2 – Outros passivos não circulantes

Não Circulante	Legislação societária	
	2018	2017
Capital social a restituir	1.121	1.121
Suprimento	1.152	4.631
Total	2.273	5.752

25. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público

	Legislação societária	
	2018	2017
Participação e Doação - Imobilização em Serviço	781	805
Participação e Doação - Imobilização em Serviço	884	789
Valores Pendentes de Recebimento	2.232	1.718
Valores não Aplicados	135	117
Ultrapassagem e Reativos	1.878	1.629
Total	5.910	5.058

26. Patrimônio líquido

	Legislação societária	
	2018	2017
Capital e reservas	19.610	15.480
Total	19.610	15.480

26.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 representa R\$ 11.683 mil, é constituído por cotas-partes conforme determina o estatuto social da CERMOFUL.

	Legislação societária	
	2018	2017
Capital subscrito	11.683	10.614
Capital a integralizar	-	-
Total	11.683	10.614

26.2 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação societária	
	2018	2017
Ajuste avaliação patrimonial ITG 10	1.115	1.115
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste avaliação patrimonial	(379)	(379)
Total	736	736

26.3 Reservas de sobras

	Legislação societária	
	2018	2017
Fundo de reserva	365	61
RATES - Reserva de assist.técnica educacional e social	394	63
Fundo exp. e manutenção do sistema de distribuição	5.522	3.824
Total	6.281	3.948

Os fundos são constituídos conforme disposições estatutárias, “Título V - Gestão contábil e financeira - Capítulo I - Balanço, Fundos, Sobras e Perdas - art. 47º A CERMOFUL se obriga a constituir: I - Fundo de reserva, destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício; II - A Reserva de assistência técnica, educacional e social - RATES, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento), das sobras líquidas do exercício; art. 49º Os resultados com as operações com não associados reverterão em sua totalidade, depois de descontados os impostos pertinentes, a reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES; III - O Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício”.

26.4 Sobras a distribuir

	Legislação societária	
	2018	2017
Sobras à disposição da AGO	910	182
Total	910	182

A Lei 5.764/71, em seu artigo 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após constituídas as provisões dos fundos estatutários, terão destinação definidas em “Assembleia Geral”.

Caso a AGO defina a distribuição entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim sua distribuição: “art. 45 - § 1º - As sobras líquidas, apuradas na forma deste artigo, serão distribuídas aos associados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta”.

27. Ingresso/Receita operacional

	Legislação societária	
	2018	2017
Fornecimento de energia elétrica	56.196	48.676
Ativos e passivos regulatórios	49	2.031
Serviços cobráveis	64	49
Doações, contr. e subvenções ao serviço concedido	848	484
Outras receitas operacionais	3.260	3.115
Total	60.417	54.355

27.1. Fornecimento de energia elétrica

Consumidores	Legislação societária	
	2018	2017
Residencial	14.691	12.109
Industrial	30.483	27.189
Comercial	7.221	6.176
Rural	1.381	1.171
Poder público	554	437
Iluminação pública	1.903	1.577
Serviço público	103	80
Renda não faturada	109	153
Ultrapassagem de Demanda	(139)	(147)
Reativos Excedentes	(110)	(69)
Total	56.196	48.676

27.2. Ativos e passivos regulatórios

	Legislação societária	
	2018	2017
Ativos e Passivos Regulatórios	49	2.031
Total	49	2.031

27.3. Serviços cobráveis

	Legislação societária	
	2018	2017
Emissão 2ª via	1	1
Religação normal	8	7
Religação de urgencia	52	39
Taxa de correio	1	1
Aferição de medidor	2	1
Total	64	49

27.4. Doações, contribuições e subvenções ao serviço concedido

	Legislação societária	
	2018	2017
Recursos CDE descontos tarifários	494	371
Recursos CDE subsidio baixa renda	126	113
Recursos CDE subvenção densidade	228	-
Total	848	484

27.5. Outros ingressos/receitas operacionais

	Legislação societária	
	2018	2017
Receita de construção	2.097	2.326
Receita Aluguel de Postes	684	488
Ganho na alienação de bens e direitos	29	-
Administração Cosip	156	89
Outros	294	212
Total	3.260	3.115

28. Deduções da receita operacional

	Legislação societária	
	2018	2017
ICMS	12.806	11.141
PIS/PASEP	25	19
COFINS	117	86
Encargos setoriais	5.592	5.950
Total	18.540	17.196

29. Energia elétrica comprada para revenda

Suprimento	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2018	2017	2018	2017
Celesc Distribuição S/A	116.484	116.722	17.921	14.901
Total	116.484	116.722	17.921	14.901

30. Despesas operacionais

	Legislação societária	
	2018	2017
Custos operacionais	19.459	18.565
Total	19.459	18.565

30.1. Despesas de pessoal

	Legislação societária	
	2018	2017
Remunerações	3.937	4.254
Administradores	462	451
Encargos sociais	1.681	1.795
Auxílio alimentação	277	339
Convênio assistencial e outros benefícios	186	185
Outros	61	307
Total	6.604	7.331

30.2. Outras despesas operacionais

	Legislação societária	
	2018	2017
Material	552	461
Serviços de terceiros	1.820	1.949
Depreciação e amortização	2.020	1.986
Seguros	36	34
Tributos	124	84
Arrendamento e alugueis	354	443
Total	4.906	4.957

30.3. Gastos diversos

	Legislação societária	
	2018	2017
Custo de construção	2.097	2.326
Falta apurada em inventário	246	179
Sub e sobre contratação de energia	-	2.251
Outros	132	143
Total	2.475	4.899

30.4. Outras despesas

	Legislação societária	
	2018	2017
Perda na desativação de bens	287	129
Perdas	0	64
Outros	426	267
(-) Provisão	4.761	918
Total	5.474	1.378

31. Resultado financeiro

	Legislação societária	
	2018	2017
Ingresso/Receita financeira	653	587
Dispêndio/Despesa financeira	(2.042)	(3.672)
Total	(1.389)	(3.085)

31.1 Ingresso/Receitas financeiras

	Legislação societária	
	2018	2017
Multas	320	269
Rendimentos de aplicações financeiras	42	36
Incentivo tributário estadual	-	24
Outras receitas financeiras	291	258
Total	653	587

31.2 Dispêndio/Despesas financeiras

	Legislação societária	
	2018	2017
IPCA neutralidade	-	-
Multas e acréscimos moratórios	20	614
Juros sobre financiamentos	688	853
Outras despesas financeiras	1.334	2.205
Total	2.042	3.672

32. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

No cálculo das provisões, para imposto de renda e contribuição social, foi aplicado obedecendo-se ao disposto na legislação fiscal e a Lei 5.764/71, que define as operações com associados e não associados.

	Legislação societária	
	2018	2017
Operações com associados	55.611	51.425
Operações com não associados	4.807	2.930
Total	60.418	54.355

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para imposto de renda e a contribuição social estão demonstradas a seguir:

32.1. Sobras antes IR e CSLL

	Legislação societária	
	2018	2017
Sobras antes do IR e CSLL	3.108	608
Imposto de renda calculado (15%)	30	-
Contribuição social calculada (9%)	19	-
Imposto e contribuição social	49	-

Foram apurados os tributos acima elencados as operações com não associados no exercício de 2018 apresentando resultado positivo de R\$ 76.370,00, em decorrência dos rateio das despesas.

33. Participação nos resultados

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não possui nenhum programa de participação nos resultados e/ou sobras direcionadas aos empregados.

34. Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade concedeu aos seus empregados, os seguintes benefícios em 2018:

	Legislação societária	
	2018	2017
Plano de saúde	186	184
Seguro de vida	40	54
Vale alimentação	277	339
Cursos, treinamentos e outros	42	26
Total	545	603

35. Transações com partes relacionadas

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não efetuou transações com partes relacionadas no exercício de 2018, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

As cotas partes por abertura de conta corrente e operações de crédito com a Cooperativa de Crédito de Jacinto Machado - Sicoob/SC e Sicredi Sul SC, foram subscritas e integralizadas na forma estabelecida pelo estatuto social e na forma da legislação cooperativista.

36. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas de serviços é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

c) Moeda estrangeira

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utilizou operações com moeda estrangeira no exercício de 2018.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 0,98 e 0,64 respectivamente.

As crise econômica iniciada no ano de 2015 provocou acentuado comprometimento destes índices motivados por penalidades de sobrecontratação de energia elétrica que impactaram resultado e aumentaram os compromissos do passivo.

37. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício por Atividade, em 31 de dezembro de 2018, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIST), e o Total.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E PERDAS SEGREGADO POR ATIVIDADE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado	GER	TRA	COM	TOTAL
Receita operacional	-	-	60.417	60.417
Fornecimento de energia elétrica	-	-	56.196	56.196
Ativos e passivos regulatórios	-	-	49	49
Serviços Cobráveis	-	-	64	64
Doações, Contrib. e Subvenções Vinc. ao serviço concedido	-	-	848	848
Outras receitas operacionais	-	-	3.260	3.260
(-) Deduções da receita operacional	-	-	18.540	18.540
ICMS	-	-	12.806	12.806
PIS	-	-	25	25
COFINS	-	-	117	117
Encargos do consumidor	-	-	5.592	5.592
(=) Receita operacional líquida	-	-	41.877	41.877
(-) Custo não Gerenciáveis - Parcela "A"	-	-	17.921	17.921
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	10.860	10.860
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	7.061	7.061
(=) Resultado antes dos custos gerenciáveis	-	-	23.956	23.956
(-) Custo Gerenciáveis - Parcela "B"	-	-	19.459	19.459
Pessoal e administradores	-	-	6.604	6.604
Material	-	-	552	552
Serviços de terceiros	-	-	1.820	1.820
Depreciação e amortização	-	-	2.020	2.020
Seguros	-	-	36	36
Tributos	-	-	124	124
Arrendamentos e aluguéis	-	-	354	354
Gastos diversos	-	-	2.475	2.475
Outras Despesas operacionais	-	-	5.474	5.474
(=) Resultado da Atividade	-	-	4.497	4.497

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

37.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Na Unidade de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preços contratadas entre as partes, conforme segue abaixo:

Receita de unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	60.417	-	60.417
Comercialização - C	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas - AV	-	-	-	-	-
Total	-	-	60.417	-	60.417

37.2 Conciliação das demonstrações de sobras e perdas:

	2018	2017
Ingresso/Receita operacional	60.417	54.355
Deduções da receita operacional	18.540	17.196
Ingresso/Receita operacional líquida	41.877	37.159
Despesas operacionais	37.380	33.466
Resultado do serviço	4.497	3.693
Sobra antes da tributação e participações	3.108	608
Sobra líquida do exercício	3.108	608

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como impostos e contribuições, foram calculadas sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas em cada Unidade de Negócio.

O imposto de renda e a contribuição social, foram calculados com base na taxa efetiva dos tributos incidentes nas demonstrações consolidadas e não incidiram sobre os preços de transferências, uma vez que estes não causam efeito no consolidado.

38. Programa de recuperação fiscal - REFIS

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utiliza o REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, destinado à regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

39. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Incêndio - imóveis	15/03/2019	1.400
Perda ou pagamento de aluguel a terceiros	15/03/2019	5
Danos elétricos	15/03/2019	20
Quebra de vidros	15/03/2019	15
Responsabilidade civil operações comerciais	15/03/2019	20
Vendaval/Fumaça - imóveis	15/03/2019	200
Veículos - frota	08/07/2019	917
Veículos - terceiros	08/07/2019	5.600
Veículos - danos morais	08/07/2019	420

Incêndio - imóveis: Cobertura contra incêndios nas edificações e/ou imóveis próprios ou alugados da CERMOFUL.

Perda ou pagamento de aluguel a terceiros: Visa cobrir eventuais danos ocorridos na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, pela CERMOFUL ocorrendo paralisação das atividades.

Vendaval/fumaça: Cobertura contra vendavais, fumaça e outros na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, da CERMOFUL.

Veículos - Frota: Cobertura total dos veículos operacionais com maior risco de acidente da CERMOFUL.

Veículos - Terceiros: Cobertura dos veículos operacionais da CERMOFUL contra terceiros.

Veículos - Danos morais: Cobertura dos veículos da CERMOFUL para possíveis acidentes com terceiros, que possam ocasionar danos morais.

40. Incorporação CERMOFUL Desenvolvimento:

No início de 2017, a CERMOFUL Energia e a CERMOFUL desenvolvimento, começaram as tratativas para a incorporação da CERMOFUL desenvolvimento pela CERMOFUL energia. Destacamos a seguir alguns documentos entre atas, ofícios e demais documentos que formalizam o andamento deste processo.

Em 30/03/2017 a CERMOFUL Desenvolvimento realizou AGE – dentre as principais deliberações destacou-se a aprovação da assembleia para a incorporação; em 17/07/2017 os conselhos de administração e fiscal da CERMOFUL Desenvolvimento, aprovaram os balancetes, base para incorporação; No dia 30/07/2017 a comissão de incorporação da CERMOFUL Desenvolvimento aprovou as contas e solicitou anuência junto ANEEL; no dia 31/07/2017 o Conselho de Administração da CERMOFUL Energia apreciou e aprovou as contas e demonstrativos da CERMOFUL desenvolvimento para incorporação; em 03/01/2018 as comissões de incorporação da CERMOFUL Desenvolvimento e CERMOFUL Energia, constaram a manifestação da ANEEL sobre aprovação da incorporação; em 11/01/2018 o Conselho de Administração da CERMOFUL Energia analisou o relatório da comissão de incorporação da CERMOFUL desenvolvimento e deliberou no sentido de enviar para aprovação pela assembleia geral extraordinária.

Mediante ofícios das superintendências SFF, SCT e SRD a ANEEL não encontrou motivos para não anuir

à incorporação da CERMOFUL Desenvolvimento à CERMOFUL energia. Os ofícios foram emitidos entre 30/10/2017 até 05/01/2018, por fim, em 31/5/2018 foi realizado o lançamento contábil de incorporação de saldos da CERMOFUL Desenvolvimento.

41. Doação do imobilizado:

A CERMOFUL em 2018, atendeu a aprovação da Assembleia Geral Ordinária do dia 13 de março de 2015 que aprovou por unanimidade a doação da linha de transmissão de média tensão de 69 KV e o despacho da ANEEL N°450/2015 onde anuiu o pleito para celebrar a doação de ativos pertencentes à Linha de Transmissão (Criciúma-Cecrisa), entre a Cooperativa Fumacense de Eletricidade – CERMOFUL (doadora) e a CELESC Distribuição S.A. (donatária), no qual ressalva que são observadas as disposições contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, tal transferência resultou em um valor residual de R\$ 3.962.100,78 composto de R\$ 4.254.781,62 do valor original e R\$ 292.680,84 referente à depreciação.

42. Eventos subsequentes

O evento subsequente que pode causar impacto na posição patrimonial, na financeira, no resultado e nas atividades futuras da CERMOFUL são:

- a) Manutenção da queda do subsídio na compra de energia elétrica;
- b) Migração de significativo número de consumidores ao mercado livre;

RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT
PRESIDENTE
CPF 582.843.979-00

WAGNER MENDES CORRÊA
CONTADOR
CRC

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt - Presidente do Conselho de Administração

Produção

Wagner Mendes Corrêa - Departamento de Contabilidade

Colaboração

José Eduardo Lima – Gerente Administrativo

Anderson Luiz de Jesus Estácio – Departamento Comercial

Adelcio Cavagnoli – Departamento de Engenharia

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração que sempre participou das decisões e se mantiveram unidos nas questões de interesse da **CERMOFUL**.

Ao empenho e dedicação do quadro funcional, que conseguiu executar todas as atividades inerentes ao bom desempenho da permissão.

A outros que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária são seguramente a garantia do objetivo alcançado.

Ao associado consumidor que participou intensamente de todas as atividades da permissionária expressando confiança e na árdua luta de consolidação do ideal cooperativo.

Morro da Fumaça - SC, 27 de fevereiro de 2019.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente

Everton Luiz Meneghel
Secretário

ROTEIRO EDITORIAL E CONTEÚDO

- Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971;
- Resolução do CFC nº 1.255/2009 alterada pela resolução CFC nº 1.329/2012;
- MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº 605, de 11/03/201;
- Resolução normativa ANEEL nº 396, de 23/02/2010;
- Estatuto Social.

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REGULATÓRIAS**

I - RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e senhores associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2018, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Fumacense de Eletricidade – CERMOFUL para a sociedade, parceiros e associados.

II - CARTA DO PRESIDENTE

CENÁRIO

A cooperativa Fumacense de eletricidade – CERMOFUL, manteve sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, ampliando seus conhecimentos técnicos e gerenciais nos seus 55 anos de existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº 040/2010, de 30 de julho de 2010, representa a continuidade e regulamentação da empresa em nossa área de atuação, garantindo a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é de 30 (trinta) anos, com cláusula contratual de prorrogação por igual período, o que expressa uma conquista significativa do cooperativismo brasileiro, instituída pela lei nº 12.111 de 09/12/2009.

O ano de 2018 foi pautado pela eleição de presidente da república, deputados e governadores. O consumo de energia, tanto no setor industrial como no residencial, praticamente se manteve. A quantidade de energia distribuída no ano de 2018 foi de 109.375 MWh, sendo que em 2017 foram 109.750 MWh. O setor industrial representou 55 % deste consumo.

A administração continuou seu trabalho de recuperação financeira da cooperativa, iniciado em 2017, mesmo com as dificuldades econômicas ocorridas no respectivo ano. Reafirmou o compromisso de continuar tal recuperação, confiante de que em 2020 a situação da cooperativa estará bem melhor. Reduziu as despesas financeiras em 44%. Atuou junto ao setor industrial, com o intuito de trazer novas empresas para nossas poligonais, obtendo êxito. Teremos no ano de 2019 instalação de novas indústrias, as quais elevarão o patamar de consumo e desempenho da cooperativa.

O planejamento estratégico vem sendo cumprido, tendo em vista a preservação da estrutura atual da cooperativa, bem como a melhoria da qualidade dos seus serviços.

As tarifas praticadas pela CERMOFUL foram corrigidas pela Resolução Homologatória nº 2464, de 28 de setembro de 2018 com vigência até 29 de setembro de 2019.

III – DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade distribui energia elétrica no município de Morro da Fumaça com poligonais envolventes no município de Criciúma, Cocal do Sul, Içara, Urussanga e Pedras Grandes, atendendo 13.989 consumidores em sua área de permissão sendo 13.475 associados e 514 público indistinto, não registrando atendimento a consumidores livres. As áreas atendidas indicam para o município de Morro da Fumaça 78,727 km², Criciúma 27,162 km², Cocal do Sul 5,375 km², Içara 10,951 km², Urussanga 3,347 km² e Pedras Grandes 13,942 km².

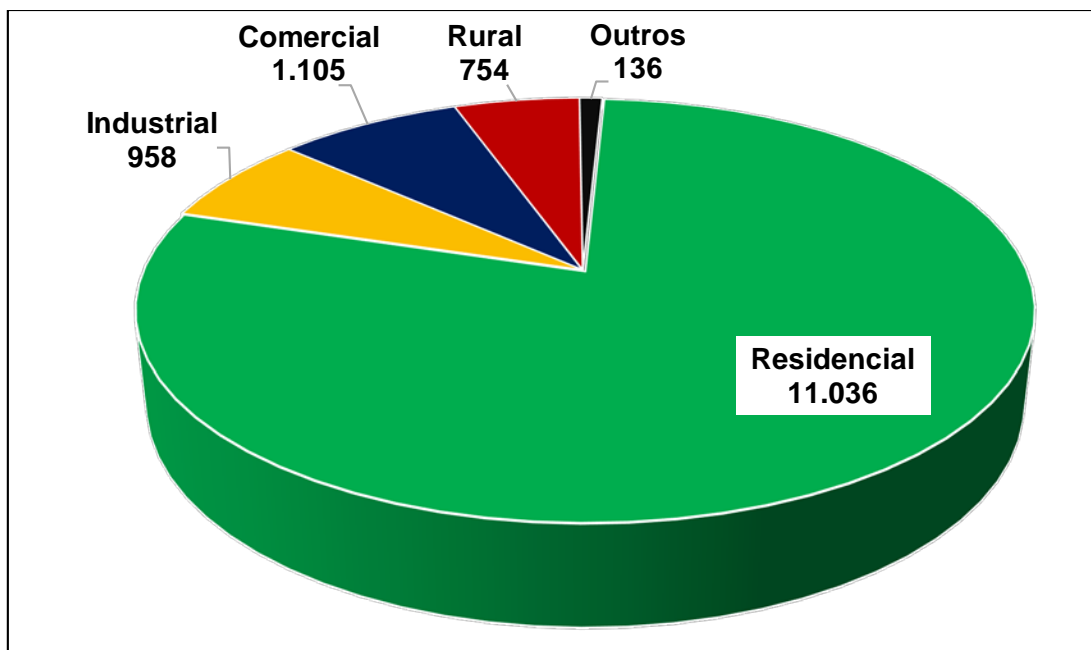
Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano de 2018, 400 (quatrocentos) novas ligações, 507 (quinhentos e sete) religações de unidades consumidoras que estavam desativadas da rede e 660 (seiscentos e sessenta) desligamentos definitivos. Com destaque para as 400 (quatrocentos) ligações novas que foram: 129 (cento e vinte e nove) residenciais, 27 (vinte e sete) comerciais, 06 (seis) rurais, 221 (duzentos e vinte e um) industriais, 14 (quatorze) poderes públicos e 03 (três) serviços públicos; totalizando 13.989 (treze mil, novecentos e oitenta e nove) consumidores atendidos pela permissionária, superior em 1,80% ao ano de 2017.

1. Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2018 apresentou um crescimento de 1,80 % em relação a dezembro do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial	9.799	10.476	10.683	10.891	11.036
Industrial	659	739	798	899	958
Comercial	978	1.052	1.066	1.094	1.105
Rural	719	717	728	743	754
Poderes públicos	90	91	91	94	112
Iluminação pública	6	6	6	6	6
Serviço público	14	13	15	15	18
Total	12.265	13.094	13.387	13.742	13.989
Variação	8,48%	6,76%	2,24%	2,65%	1,80%

Mercado Atendido



2. Atendimento a associados

Como empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária mantém a disposição dos seus associados consumidores, serviço de atendimento, instalado na sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Biff, 151 – Morro da Fumaça – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432616 e 48-3434-8100, com atendimento 24 horas.

Também foram abertos outros canais de informação, facilitando e disponibilizando a informação com maior agilidade e segurança ao associado através de envios de SMS.

3. Relações com o mercado

Ao longo do ano, a cooperativa atendeu seus associados consumidores com serviços sociais. E também realizou assembleia geral na forma estabelecida no estatuto social.

4. Comportamento do Mercado

A distribuição de energia da CERMOFUL no período de janeiro a dezembro de 2018 foi de 109,37 GWh, uma redução de 0,35% em relação ao fornecimento de energia no ano de 2017.

Registrou-se no exercício uma pequena redução no consumo da permissionária sendo a classe industrial o segmento do mercado que mais afetou esse resultado.

Classe	2014	2015	2016	2017	2018
Residencial (GWh)	23,90	24,77	26,03	26,46	26,69
Industrial (GWh)	71,39	66,90	59,62	61,06	60,54
Comercial (GWh)	12,32	12,08	12,11	12,65	12,48
Rural (GWh)	3,37	3,20	3,33	3,48	3,45
Poderes Públicos (GWh)	0,81	0,81	0,83	0,84	0,89
Iluminação Pública (GWh)	4,29	5,03	5,08	5,09	5,13
Serviço Público (GWh)	0,14	0,16	0,16	0,17	0,19
Energia Faturada (GWh)	116,22	112,95	107,16	109,75	109,37
Variação	+20,12%	-2,81%	-5,13%	+2,42%	-0,35%

5. Balanço Energético

A CERMOFUL permissionária adquiriu da supridora Celesc Distribuição S/A o total de 116.410 MWh/ano incluídos os montantes da energia do PROINFA (Programa de incentivo as fontes alternativas de energia elétrica) e micro geração e distribuiu o equivalente a 109.375 MWh /ano com um percentual de perdas de 6,05 %.

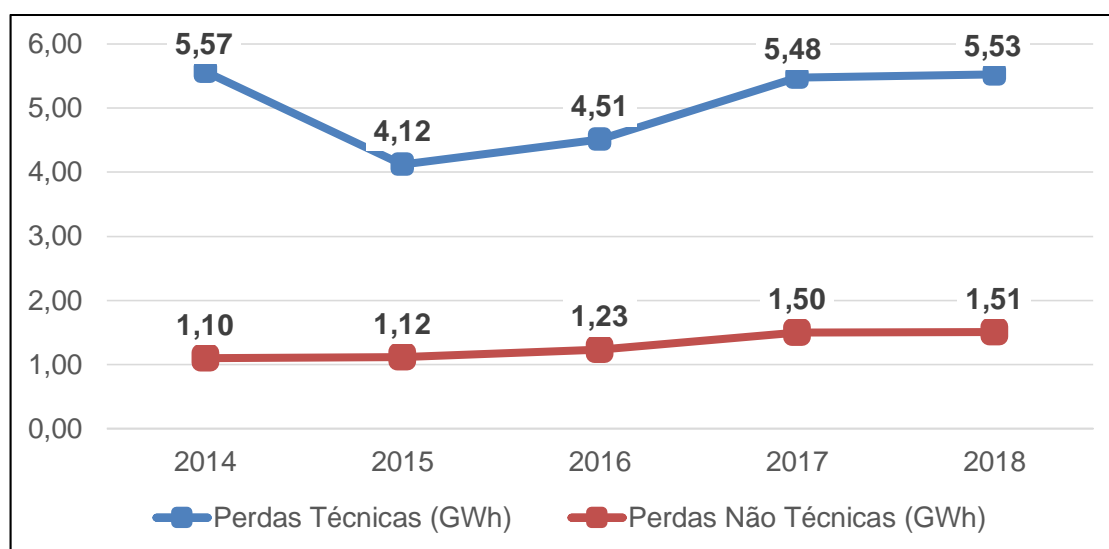
As obras necessárias foram executadas no sistema de distribuição de energia elétrica, para dar maior segurança e confiabilidade ao sistema, garantindo uma melhor qualidade na energia distribuída.

Os índices de qualidade estabelecidos estão ajustados de forma a apresentar a realidade das interrupções de fornecimento.

A continuidade do serviço de manutenção preventiva e corretiva tem evitado e reduzido desligamentos sucessivos.

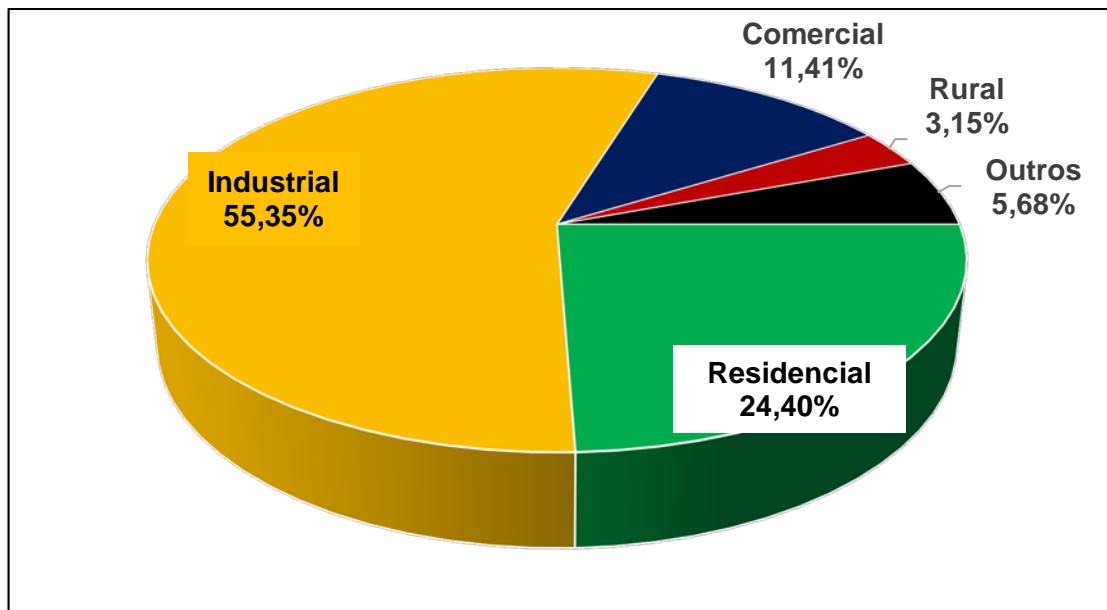
As perdas totais de energia apresentaram uma pequena variação de crescimento de 2018 em relação a 2017.

Balanzo Energia	2014	2015	2016	2017	2018
Fornecimento (GWh)	116,22	112,95	107,16	109,75	109,37
Consumidores livres (GWh)	-	-	-	-	-
Mercado Atendido (GWh)	116,22	112,95	107,16	109,75	109,37
Perdas Técnicas (GWh)	5,57	4,12	4,51	5,48	5,53
Perdas Não Técnicas (GWh)	1,10	1,12	1,23	1,50	1,51
Perdas Totais (GWh)	6,67	5,24	5,74	6,98	7,04
Energia Total (GWh)	122,89	118,19	112,90	116,73	116,41
Perdas Totais (%)	5,43	4,43	5,08	5,98	6,05



Consumo por classe de consumidores

CONSUMO EM GWH



6. Tarifa de Fornecimento

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2018, atingiu R\$ 374,40/MWh, aumento de 16,94% com relação a dezembro de 2017.

Classe	Tarifa Média de Fornecimento		
	2016	2017	2018
Residencial (R\$/MWh)	371,22	357,84	432,99
Industrial (R\$/MWh)	320,89	311,95	354,80
Comercial (R\$/MWh)	360,46	344,64	412,07
Rural (R\$/MWh)	253,83	256,25	309,95
Outros (R\$/MWh)	315,39	289,65	351,11
Tarifa Média (R\$/MWh)	331,21	320,17	374,40

A tarifa bruta da CERMOFUL está apresentada sem o valor dos impostos aplicados a cada classe de consumo.

7. Qualidade do Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (N° interrupções)	Tempo de espera (horas)
2014	4,96	6,79	0,41
2015	2,47	3,37	0,44
2016	2,78	3,02	0,42
2017	2,80	3,18	0,51
2018	3,24	3,76	0,41

8. Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2018, foram mantidos os sistemas operacionais e realizadas as atualizações necessárias.

O setor comercial manteve a priorização a normalização dos padrões de medição de energia elétrica, com a utilização de medição eletrônica nas indústrias as quais foram ações que permitem maior segurança e uma melhor análise dos dados dos consumidores.

A CERMOFUL investiu em software de análise de consumo de energia voltado ao grupo A, que traz o consumo da energia em tempo real, permitindo que o empresário consiga efetuar seu planejamento de custos do mês.

9. Novos negócios e parcerias

No novo ambiente empresarial e de mercado em que a CERMOFUL opera, é fundamental assegurar maior competitividade e melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

No entanto como a permissionária tem sua área de atuação pequena e toda eletrificada, tem voltado seus esforços para o bem estar de seus associados.

Buscando minimizar custos encerrou-se no exercício o processo de incorporação da Cooperativa Fumacense de Desenvolvimento e Infraestrutura.

V - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2018 a permissionária apurou sobras no valor de R\$ 3.136 mil, contra sobras de R\$ 702 mil em 2017.

Atendendo ao disposto no artigo 47 do estatuto social, a CERMOFUL constituiu parte das sobras da seguinte maneira:

I – Fundo de reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento), totalizando R\$ 303.198,84 (trezentos e trez mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos);

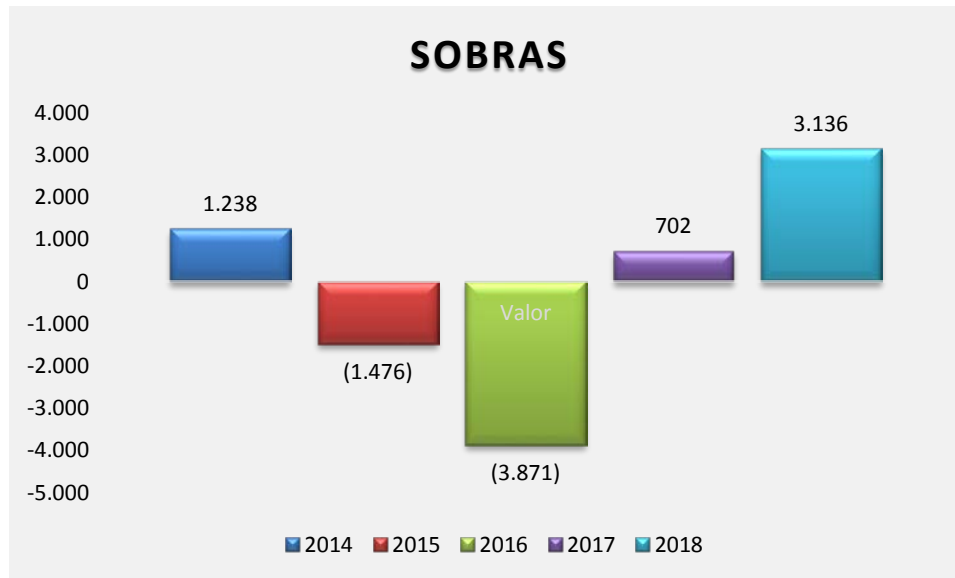
II – Fundo de assistência técnica, educacional e social, agora denominado RATES – Reserva de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas do exercício, totalizando R\$ 303.198,84 (trezentos e trez mil, cento e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos);

III – Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício, totalizando R\$ 1.515.994,22 (Um milhão, quinhentos e quinze mil, novecentos e noventa e quatro reais e vinte e dois centavos);

Atendendo ao disposto no artigo 49 do estatuto social, a CERMOFUL constituiu as sobras totais de operações com não associados, depois de descontados os impostos pertinentes, ao RATES (Reserva de assistência técnica, educacional e social totalizando R\$ 27.210,70 (vinte e sete mil, duzentos e dez reais e setenta centavos).

A receita operacional líquida atingiu R\$ 38.617 mil, enquanto em 2017 situou-se em R\$ 34.043 mil.

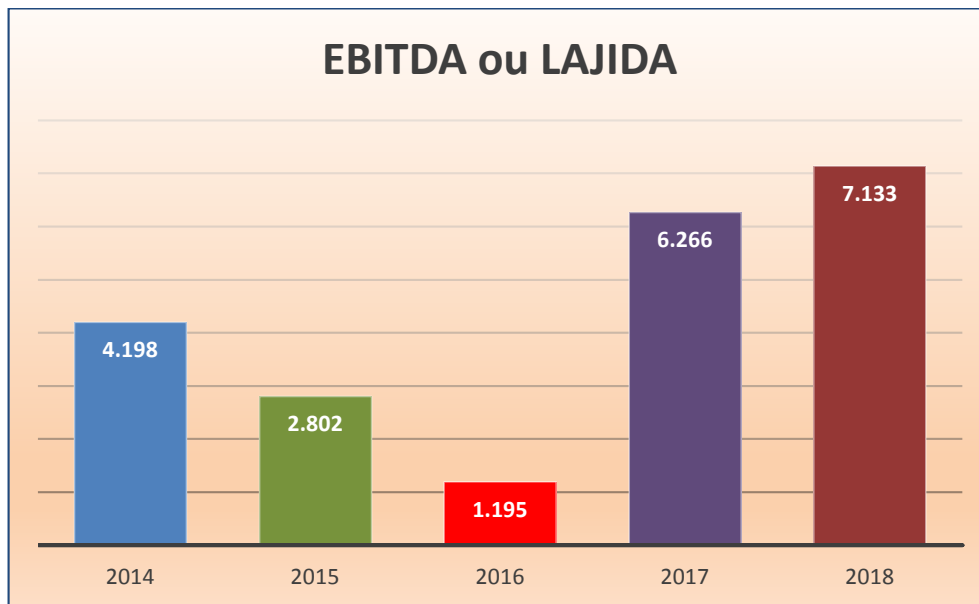
As sobras e perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo.



Fonte: Departamento de contabilidade - CERMOFUL (2018).

Os custos gerenciáveis (parcela B) totalizaram em 2018 R\$ 16.961 mil, sendo 6,33% superiores em relação à 2017, destacando-se as provisões da doação da linha de transmissão no valor de R\$ 3.962 mil aprovada por unanimidade em assembleia no dia 13 de março do ano de 2015, e a provisão de despesa trabalhista com o ex-funcionário Richard Frassom no valor de R\$ 763 mil considerada como perda provável pelo Departamento Jurídico. A rentabilidade do patrimônio líquido do exercício foi de 25,73% contra 2,93% em 2017.

O **EBITDA ou LAJIDA**, sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 7.133 mil, superior em 13,84% a 2017, que foi de R\$ 6.266 mil, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento de contabilidade - CERMOFUL (2018).

Investimentos

Em 2018, os investimentos da cooperativa, importaram em R\$ 1.490 mil, -52,17% inferior em relação à 2017. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a permissionária estima um investimento total de R\$ 4.996 mil.

Evolução e projetos de investimentos

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS								
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2018				
	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
AIS Bruto	2.273	3.115	1.490	1.108	1.047	903	969	969
Transformador de Distribuição	498	803	384	103	107	110	113	113
Medidor	648	302	130	89	95	96	97	97
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	117	516	628	64	49	49	46	46
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.010	1.183	348	852	796	648	713	713
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário de 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	311	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto								
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	832	657	1039					
Outros								
Originadas da Receita								
Ultrapassagem de demanda								
Excedente de reativos								
Diferença das perdas regulatórias								
Outros								
Outros								

Comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da Distribuição

COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO						
R\$ Mil	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P	2023P
Plano de Investimentos em 2019	1.006	1.108	1.047	903	969	969
R\$ Mil	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P	
Plano de Investimentos em 2018	1.143	892	1.062	1.186	1.186	
Diferença	-11,99%	24%	-1%	-24%	-18%	

VI - RELAÇÃO COM ASSOCIADOS

1 - Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados é garantido estatutariamente a decisão sobre as sobras líquidas apuradas e perdas quando ocorrer.

Como ocorreu sobras no exercício a permissionária atendendo a legislação cooperativista e estatuto social constituiu os fundos conforme determinação estatutária e o saldo será deliberado em assembleia geral ordinária.

2 - Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social da permissionária era de R\$ 11.683 mil, composto por 11.683 mil quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

3 - Comportamento do preço das quotas

De janeiro a dezembro de 2018, as quotas mantiveram os preços estabelecidos na reforma estatutária realizada no dia 27 de março de 2014 que estabeleceu em seu artigo 15º aumento ao capital mínimo a ser subscrito e integralizado por novos associados.

4 - Composição das quotas de capital social

Número de associados	
Total de associados em dezembro de 2017	15.661
(+) Admitidos em 2018	551
(-) Demitidos em 2018	-
(-) Eliminados em 2018	-
(-) Excluídos em 2018	2
Total	16.210

VII - GESTÃO

1 - Administração:

A CERMOFUL mantém sua estrutura organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de venda de energia elétrica para garantir aos consumidores que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

2 - Planejamento empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

O planejamento que a permissionária executa é monitorado constantemente e para obtenção de êxito seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico são revistas periodicamente.

A permissionária define suas ações com base no planejamento estratégico por meio de cenários alternativos.

Essa decisão administrativa proporciona o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade criando um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Tendências identificadas serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

A visão facilitada pelo planejamento possibilitou a permissionária suportar as variações de mercado e tarifaria ocorrida no exercício.

3 - Gestão pela qualidade

Em 2018, a CERMOFUL alcançou a recertificação da gestão da qualidade, agora na versão atualizada da ISO 9001/2015, adequando-se as novas diretrizes da mesma nas atividades relacionadas a qualidade que compreende todos os setores da permissionária.

4 - Recursos humanos

Em 2018 a permissionária realizou investimentos em programas de formação técnica, permitindo aos funcionários se aperfeiçoarem, executando serviços de suma importância a permissionária, trazendo o conhecimento como patrimônio da empresa e também investiu em treinamentos de capacitação executados com recursos oriundos de auxílio do SESCOOP.

5 - Responsabilidade social

A permissionária continua a priorizar seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

6 - Permissionária em números

Dados operacionais	2018	2017	%
Linhas de distribuição (km)	744,98	726,02	2,61
Capacidade instalada (MVA)	55,66	59,03	-5,71
Extensão de rede (km)	512,73	498,60	2,83

Atendimento	2018	2017	%
Número de consumidores	13.989	13.742	1,80
Número de empregados	46	47	-2,13
Número de consumidores por empregado	304	292	4,01
Número de postos de atendimento	2	2	-

Mercado	2018	2017	%
Área de permissão (Km ²)	139,05	139,05	0,00
Demanda máxima (MW)	25,05	24,69	1,46
Distribuição direta (MWh)	109.375	109.746	-0,34
Consumo residencial médio (MWh/ano)	2,22	2,20	0,89
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	374,40	320,17	16,94
Tarifas médias Residencial (R\$ por MWh)	432,99	357,84	21,00
Tarifas médias Industrial (R\$ por MWh)	354,80	311,95	13,74
Tarifas médias Comercial (R\$ por MWh)	412,07	344,64	19,56
Tarifas médias Rural (R\$ por MWh)	309,95	256,25	20,96
Tarifas médias Poderes públicos (R\$ por MWh)	439,26	362,49	21,18
Tarifas médias Iluminação pública (R\$ por MWh)	241,35	199,27	21,12
Tarifas médias Serviços públicos (R\$ por MWh)	372,73	307,20	21,33
DEC (horas) – Conjunto – Cermoful	3,24	2,80	15,71
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Cermoful	3,76	3,18	18,24
População atendida – Rural (em milhares)	47,16	46,54	1,34
Número de reclamações para 13.989 consumidores	1.380	1.195	15,48

Dados financeiros	2018	2017	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	57.157	51.240	11,55
Receita operacional líquida (R\$ mil)	38.617	34.044	13,43
Margem operacional do serviço líquida (%)	8,12%	2,06%	293,82
EBITDA ou LAJIDA	7.133	6.266	13,84
Sobras líquidas (R\$ mil)	3.136	702	346,72
Sobras líquidas por lote de 1000 quotas (R\$ mil)	3,14	0,70	346,72
Patrimônio líquido (R\$ mil)	19.545	15.545	25,73
Valor patrimonial do lote de mil quotas (R\$ mil)	1,00	1,00	0,00
Rentabilidade do patrimônio líquido	16,05	4,52	255,30
Endividamento do patrimônio líquido	177,50	261,03	(32,00)

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José/SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2018.

AGRADECIMENTOS

Ao quadro funcional, que com empenho e dedicação conseguiu executar as atividades inerentes ao bom desempenho do serviço de distribuição de energia elétrica em nossa área de permissão.

Ao conselho de administração, que novamente se manteve firme nas decisões de interesse da CERMOFUL.

A todos que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

Ao associado consumidor que participou de todas as atividades da permissionária expressando confiança na luta de consolidação do ideal cooperativo.

Morro da Fumaça - SC, 10 de abril de 2019.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente

Everton Luiz Meneghel
Secretário

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS E NOTAS EXPLICATIVAS 2018

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 86..533.346/0001-71

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Ativo circulante		14.410	12.569
Caixa e equivalentes de caixa		1.821	570
Consumidores	4	9.001	8.294
Serviços em curso		1.456	1.350
Tributos compensáveis		257	201
Almoxarifado operacional		691	450
Ativos financeiros setoriais	6	226	258
Despesas pagas antecipadamente		31	31
Outros ativos circulantes		927	1.415
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados a alienação		963	1.057
Ativo não circulante		38.864	42.495
Consumidores		1.016	1.046
Depósitos judiciais e cauções		41	50
Tributos compensáveis		28	64
Imobilizado	5	37.571	41.139
Intangível		208	196
Total do ativo		54.237	56.121

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
 Presidente
 CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
 Contador
 CRC/SC 031791/O-6

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

CNPJ 86..533.346/0001-71

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Passivo			
Passivo circulante		14.796	13.501
Fornecedores		2.457	1.582
Empréstimo e financiamento	7	762	578
Obrigações sociais e trabalhistas		861	802
Tributos		4.001	3.975
Provisão para litígios	9	1.221	459
Encargos setoriais		1.094	927
Passivos financeiros setoriais		344	764
Outros passivo circulantes		4.056	4.414
Passivo não circulante		19.896	27.075
Empréstimos e financiamentos		6.971	8.889
Tributos		2.479	5.114
Provisão para litígios		2.263	2.263
Outros passivos não circulantes		2.273	5.752
Obrigações vinculadas a permissão	10	5.910	5.058
Total do passivo		34.692	40.576
Patrimônio líquido	11		
Capital social		11.683	10.614
Outros Resultados Abrangentes		270	476
Reserva de Sobras		6.605	4.177
Sobras a disposição da AGO		987	277
Total do patrimônio líquido		19.545	15.545
Total do passivo e do patrimônio líquido		54.237	56.121

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

CNPJ 86..533.346/0001-71

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Operações em continuidade			
Receita / ingresso	12	57.157	51.240
Fornecimento de energia elétrica		56.196	48.676
Ativos e passivos setoriais		49	2.031
Serviços cobráveis		64	49
Doações, contribuições e subveções		848	484
Tributos		12.948	11.246
ICMS		12.806	11.141
Pis		25	19
Cofins		117	86
Encargos - Parcela "A"		5.592	5.951
Pesquisa e desenvolvimento - p&d		-	-
Programa de eficiência energética - pee		-	-
Conta de desenvolvimento energético - cde		3.056	3.472
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		101	93
Outros encargos		2.435	2.386
Receita líquida / Ingresso líquido		38.617	34.043
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		17.921	14.901
Energia elétrica comprada para revenda		10.860	9.574
Encargo de uso do sistema de distribuição		7.061	5.327
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		20.696	19.143
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	14	16.961	15.952
Pessoal e administradores		6.604	7.331
Material		552	461
Serviços de terceiros		1.820	1.949
Arrendamento e alugueis		354	443
Seguros		36	34
Doações, contribuições e subvenções		126	167
Provisões		4.760	919
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		287	129
(-) Recuperação de Despesas		(33)	(29)
Tributos		124	84
Depreciação e amortização		1.955	1.892
Gastos diversos		376	2.573
Outras receitas operacionais		1.161	790
Outros despesas operacionais		321	193
Resultado da Atividade		4.574	3.787
Resultado financeiro		(1.389)	(3.085)
Receita financeiras		653	587
Despesas financeiras		2.042	3.672
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		3.185	702
(-) Contribuição social		19	0
(-) Imposto de renda		30	0
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		3.136	702
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade			
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados		0,27	0,07

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS

CNPJ 86..533.346/0001-71

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2018	2017
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.109	702
(+/-) Resultados Abrangentes	-	-
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do FATES NBC T 10.8	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	3.109	702
RESULTADO COM TERCEIROS	27	-
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	27	-
Base para destinações legais e estatutárias	3.136	702
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - Estatuto Social - 10%	(303)	(61)
FATES - Art. 47, inc. II - Estatuto Social - 10%	(303)	(61)
Fundo exp.manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - Estatuto Social - 50%	(1.516)	(304)
FATES - Operações com terceiros	(27)	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	987	277

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2018	2017
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	987	277
Despesas (receitas que não afetam o caixa)	6.715	2.846
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36	519
Provisão para litígios trabalhistas	762	435
Provisão para doação linha de transmissão	3.962	0
Depreciação e amortização	1.955	1.892
Resultado ajustado do exercício	7.702	3.123
Redução (aumento) no ativo circulante	(626)	(1.254)
Consumidores	(743)	(1.684)
Serviços em curso	(106)	209
Tributos a compensar	(56)	88
Estoque	(241)	159
Ativos financeiros setoriais	32	76
Despesa do exercício seguinte	0	(15)
Outros ativos circulantes	488	(87)
Aumento (redução) no passivo circulante	349	(5.319)
Fornecedores	875	(4.535)
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	59	(41)
Tributos	26	672
Encargos setoriais	167	(169)
Passivos regulatórios	(420)	(1.492)
Outros passivos circulantes	(358)	246
Redução (aumento) no ativo não circulante	75	227
Tributos a compensar	36	118
Depósitos judiciais	9	(36)
Consumidores, concessionárias e permissionárias	30	214
Ajuste a valor presente	0	(69)
Redução (aumento) no passivo não circulante	(5.262)	5.482
Tributos e contribuições sociais	(2.635)	2.112
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	852	1.065
Ativos financeiros da permissão	-	-
Outros passivos não circulantes	(3.479)	2.305
Total das atividades operacionais	2.238	2.259
Atividades de investimento		
Redução/Aumento no intangível	(2.361)	3.450
Outros Investimentos/pagamentos	94	(680)
Total das atividades de investimento	(2.267)	2.770
Atividades de financiamento		
Variação de Empréstimos e Financiamentos	(1.734)	(405)
Capital social	1.069	4
Utilização de reservas	2.151	(3.626)
Outros resultados abrangentes	(206)	
Total das atividades de financiamento	1.280	(4.027)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	1.251	1.002
Saldo inicial de caixa	570	624
Saldo final de caixa	1.821	570
Variação no caixa e equivalentes de caixa	1.251	(54)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						
	Capital Social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de lucros			Saldo a disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.695	657	776	6.846	-	(3.871)	15.103
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	22	-	-	-	-	-	22
Capital a integralizar	5	-	-	-	-	-	5
Devolução de capital	(108)	-	-	-	-	-	(108)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	3.870	3.870
Realização de reservas/fundos	-	(180)	(527)	(3.343)	-	-	(4.050)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	1.496	1.496
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	(792)	(792)
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	61	-	-	(61)	-
Fates	-	-	-	-	61	(61)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	304	-	(304)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.614	477	310	3.807	61	277	15.546
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	1.401	-	-	-	-	-	1.401
Capital a integralizar	-	-	-	-	-	-	-
Devolução de capital	(332)	-	-	-	-	-	(332)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	(207)	-	-	-	-	(207)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	3.109	3.109
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	303	-	-	(303)	-
Fates	-	-	-	-	331	(303)	28
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	1.793	-	(1.793)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.683	270	613	5.600	392	987	19.545

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente
CPF 582.843.979-00

Wagner Mendes Corrêa
Contador
CRC/SC 031791/O-6

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, a CERMOFUL está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da parcela “A” e parcela “B” mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a CERMOFUL solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto

financeiro resultante destes eventos nas operações. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado “Livre Acesso”, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina e repassados as permissionárias supridas.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da CERMOFUL.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação

alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras estão preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial da empresa, e podem apresentar diferença de valores pela aplicação de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 37 a 39, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em **31 de março de 2014**. (Laudo de Ativos) A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, concessão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A CERMOFUL não agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos

necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: não foi realizada qualquer reavaliação no balanço societário.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2014, com base em Laudo de Reavaliação de Ativos e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da CERMOFUL é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES					Total	Provisão p/ Devedores Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS			TOTAL 2018	TOTAL 2017	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias			Mais de 60 dias
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Residencial	1.328	-	527	14	7	2.172	(317)	-	42	-	1.872	1.526	
Industrial	2.098	-	709	2	38	3.681	(834)	-	1.651	1.016	5.367	5.385	
Comercial	692	-	232	32	8	1.084	(128)	-	270	-	1.205	1.032	
Rural	143	-	31	1	-	178	(3)	-	-	-	175	167	
Poderes Públicos	49	-	-	-	-	49	-	-	-	-	49	46	
Iluminação Pública	172	-	-	-	-	186	(14)	-	56	-	226	158	
Serviço Público	7	-	1	-	-	8	-	-	-	-	8	21	
Serviço Taxado	5	-	4	1	-	12	(3)	-	-	-	9	8	
Fornecimento Não Faturado	744	-	-	-	-	744	-	-	-	-	744	634	
Participação Financeira do Consumidor	76	-	-	26	-	102	-	-	-	-	102	143	
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Suprimento Energia Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Suprimento Energia Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	260	-	-	-	-	260	-	-	-	-	260	220	
TOTAL	5.574	-	1.504	76	53	8.476	(1.299)	-	2.019	-	10.017	9.340	

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2017		Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018		Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018		Valor líquido em 31/12/2017	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
	49.499	2.436					5.382	46.553			-2.946	13.540				
Terenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benf	315	-	-	315	-	-	-	315	15	-	-	308	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	49.062	2.422	5.382	46.102	(2.960)	-	46.102	32.677	13.425	(2.960)	37.442	37.442	315	2.115	315	1.800
Veículos	93	7	-	100	7	-	107	82	7	-	20	20	-	-	-	-
Móveis e utensílios	30	7	-	37	7	-	44	18	7	-	14	14	-	-	-	-
Administração	1.936	1.769	174	3.531	1.595	-	3.531	1.035	2.496	-	1.521	1.521	-	-	-	-
Terenos	815	861	-	1.676	861	-	1.676	-	1.676	-	815	815	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benf	615	146	126	635	20	-	635	58	577	20	562	562	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	357	38	-	395	38	-	395	301	94	-	89	89	-	-	-	-
Veículos	53	715	48	720	667	-	720	604	116	-	27	27	-	-	-	-
Móveis e utensílios	96	9	-	105	9	-	105	72	33	-	28	28	-	-	-	-
Comercialização	82	3	-	85	3	-	85	38	47	-	48	48	-	-	-	-
Terenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benf	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	46	3	-	49	3	-	49	26	23	-	22	22	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	36	-	-	36	-	-	36	12	24	-	26	26	-	-	-	-
Subtotal	51.516	4.208	5.556	50.168	-1.348	-	50.168	14.613	35.555	-	39.353	39.353	315	2.115	315	1.800
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2017		Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018		Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2018		Valor líquido em 31/12/2017	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
1.759	3.941	3.708					1.992	233			1.992	1.992				
Máquinas e equipamentos	456	2.039	1.689	806	350	-	1.791	806	350	-	456	456	2.232	-	-	2.232
Outros	1.303	1.902	2.019	1.186	(117)	-	1.186	1.186	(117)	-	1.304	1.304	1.878	-	-	1.878
Administração	35	31	35	31	(4)	-	31	(4)	(4)	-	26	26	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	27	31	35	23	(4)	-	23	(4)	(4)	-	26	26	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	1.794	3.972	3.743	2.023	229	-	2.015	1.786	2.015	-	1.786	1.786	4.110	4.110	-	4.110
Total do Ativo Imobilizado	53.311	8.180	9.299	52.192	-1.119	-	52.192	14.613	37.571	-	41.139	41.139	315	6.225	315	5.910

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Distribuição	73	-	-	-	-	73	-	-	73	73
Servidões	73	-	-	-	-	73	-	-	73	73
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	193	154	-	-	-	347	154	212	135	17
Softwares	193	154	-	-	-	347	154	212	135	17
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	266	154,00	-	-	-	420	154,00	212	208	90

Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Distribuição	106	11,00	117	-	-	0	(106)	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	106	11	117	-	-	-	(106)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	106	11	117	-	-	0	(106)	-	-	-
Total do Ativo Intangível	372	165	117	-	-	420	48	212	208	196

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	49.062	1.490	1.515	-	1.027	50.064	-25
Transformador de Distribuição	6.019	384	302	-	3.470	9.571	82
Medidor	3.300	130	126	-	(430)	2.874	4
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	20.698	628	57	-	(778)	20.491	571
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	9.736	348	3	-	(1.260)	8.821	345
Redes Alta Tensão (69 kV)	535	-	1	-	29	563	-1
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	21	-	-	-	-	21	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	10	-	-	-	-	10	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	8.743	-	1.026	-	(4)	7.713	(1.026)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	5.058	1.039	187	-	-	5.910	852
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	5.058	1.039	187	-	-	5.910	852
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2018			2017
		Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	4,88	50.515	13.540	36.975	37.785
Custo histórico		49.652	13.382	36.270	36.889
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		863	158	705	896
Administração	8,49	2.756	260	2.496	1.522
Custo histórico		3.461	1.035	2.426	1.936
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		(705)	(775)	70	(414)
Comercialização	10,25	85	38	47	47
Custo histórico		109	63	46	47
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		(24)	(25)	1	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-	-
Custo histórico		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		53.356	13.838	39.518	39.354
Em curso					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		-1.970	-	(1.970)	1.759
Administração		23	-	23	27
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-	-
		-1.947	-	-1.947	1.786
		51.409	13.838	37.571	41.140

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	19	-	-	-	-	-	19
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.736	77	174	-	-	59	2.046
Móveis e Utensílios	16	-	-	-	-	-	16
Veículos	-	7	-	-	-	-	7
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	7	-	-	-	-	7
Total das Adições	1.771	91	174	-	-	59	2.095

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a /resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11/08/2015 , são as seguintes:	
	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	6,67
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	3,57
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	4,35
Regulador de tensão	4,00
Transformador	4,00
Administração central	
Edificações	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Rede loteamento	893
2. Terrenos	860
3. Veículos	711
4. Instalação transformadores	384
5. Software	155
6. Medidores	129
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

Consolidado	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Rede loteamento	893
2. Terrenos	860
3. Veículos	711
4. Instalação transformadores	384
5. Software	155
6. Medidores	129
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Transformadores	360
2. Rede loteamento	161
3. Edificações	127
4. Medidores	126
5. Veículos	48
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

Consolidado	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Transformadores	360
2. Rede loteamento	161
3. Edificações	127
4. Medidores	126
5. Veículos	48
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela "A"

É o valor apurado referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da parcela "A".

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/17	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/18	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	258	266	298	-	-	226	-	258	258	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	258	266	298	-	-	226	-	258	258	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	258	266	298	-	-	226	-	258	258	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/17	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/18	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	764	2.766	3.186	-	-	344	-	344	17	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	17	17	20	-	-	14	-	14	17	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	747	2.749	3.166	-	-	330	-	330	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	764	2.766	3.186	-	-	344	-	344	17	-

7. Empréstimos e Financiamentos

Abertura do Endividamento – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Juros LP	Saldo Total	Adm-pletos?	Data Captação / Reputação	Tipo de Garantia	Indexador ou Spread % a.a.	Data Próximo Pgtto Juros	Frequência Pgtto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
															2019	2020	2021	2022+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	199	762	7.078	8.039	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	2.225	1.847	1.265	2.701	8.038
CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CH ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICOOB CREDUIA - CHEQUE ESPECIAL	168	663	563	1.394	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	831	563	-	-	1.394
ITALUNIBANCO-FINAME BNDES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANDER - CAPITAL DE GIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICRED - CAPITAL DE GIRO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICRED - CHEQUE ESPECIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICRED - CAPITAL DE GIRO ROTATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICOOB - CONTRATO 463812	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SICRED ENCARGOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANDER	31	99	19	149	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129	19	-	-	148
BRDE - BNDES AUTOMÁTICO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.265	1.265	2.701	-	6.496
SICOOB CONTRATO ENCARGOS	-	-	6.496	6.496	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (somar as demais)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes...)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Estado 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Dividas com Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividas com Agentes do Setor	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encarreg?)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	Selecionar	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	199	762	7.078	8.039	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.225	1.847	1.265	2.701	8.038
Tributária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2018	Total 2017
Dívida Bruta	-	4.763	9.450	14.213	18.556
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	0
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	762	6.971	7.733	9.467
Tributária	-	4.001	2.479	6.480	9.089
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	1.821	-	1.821	570
Alta Liquidez	-	79	-	79	70
Demais Aplicações Financeiras	-	1.742	-	1.742	500
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	2.942	9.450	12.392	17.986

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2018	2017
Ativo circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para perdas em estoque	-	-
	-	-
Ativo não circulante		
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-
	-	-
	-	-

A Permissionária não provisionou créditos tributários diferidos, sendo o ato cooperativo isento de tributação.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2017	400	59	2.263	-	-	-	2.722
Constituição	764	-	-	-	-	-	764
Baixas/reversão	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	1.164	57	2.263	0	0	0	3.484

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	10,13	1.096	-	-	1.096
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	10,13	1.096	-	-	1.096
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	315	-	-	315
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	315	-	-	315
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	10,13	781	-	-	781

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Em serviço	3.633	714	-	-	-	4.347	714	-	4.347	3.633
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	3.633	714	-	-	-	4.347	714	-	4.347	3.633
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Conc	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétric	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(204)	-	-	-	-	(204)	-	111	(315)	(204)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(204)	-	-	-	-	(204)	-	111	(315)	(204)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Conc	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétric	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2018	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2018	Valor líquido em 31/12/2017
Em curso	1.629	249	0	0	0	1.878	249	-	1.878	1.629
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Conc	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia E	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.629	249	-	-	-	1.878	249	-	1.878	1.629
Ultrapassagem de demanda	813	139	-	-	-	952	90	-	952	813
Excedente de reativos	816	110	-	-	-	926	59	-	926	816
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	5.058	963	-	-	-	6.021	963	111	5.910	5.058

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Ultrapassagem de demanda	139
2. Reativos excedentes	110
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

Consolidado	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Ultrapassagem de demanda	139
2. Reativos excedentes	110
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Desativação	-
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

Consolidado	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Desativação	-
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 11.683 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do estatuto social.

“Art. 14. O capital social da CERMOFUL é representado por quotas - partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, não tendo limite quanto ao máximo, variando conforme o número de cotas subscritas, porém nunca inferior a R\$ 600,00 (seiscentos mil reais)”.

Quotistas	Número de quotas partes em milhares		
	Capital subscrito	Capital à integralizar	Capital integralizado
Associados	11.683	0	11.683

Reservas de Capital

A permissionária não possui em seu patrimônio líquido registro de reservas de capital.

Reservas de capital

	2018	2017
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-	-
	-	-

Reservas de sobras

	2018	2017
Reserva legal	614	309
sobras a realizar	-	-
Reserva para investimentos	5.599	3.807
Rates	392	61
	6.605	4.177

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício pela legislação societária.

A reserva para investimentos é constituída com base em 50% da sobra líquida do exercício conforme estatuto social.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fornecimento - Faturado	13.989	13.742	109.374	109.746	56.336	48.739
Residencial	11.036	10.891	26.690	26.455	14.691	12.109
Industrial	958	899	60.544	61.056	30.483	27.189
Comercial	1.105	1.094	12.476	12.650	7.221	6.176
Rural	754	743	3.448	3.477	1.381	1.171
Poder público	112	94	895	842	554	437
Iluminação pública	6	6	5.135	5.091	1.903	1.577
Serviço público	18	15	186	175	103	80
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					-	-
Consumidores Cativos					-	-
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências					(249)	(217)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(139)	(148)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(110)	(69)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					109	153
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros					49	2.032
Setoriais					-	-
Serviços Cobráveis					64	49
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					848	484
Total	13.989	13.742	109.374	109.746	57.157	51.240

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

Nos exercícios de 2018 e 2017, a CERMOFUL não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

	2018	2017
Pessoal	6.142	6.880
Remuneração	3.937	4.254
Encargos	1.619	1.795
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	35	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	505	524
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	46	307
Administradores	462	451
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	462	451
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	6.604	7.331

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	3.186	-
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	(49)	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	3.137	-

A permissionária apurou resultado positivo no exercício de 2018 em operações com associados e operações com não associados.

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Permissionária possui somente uma unidade de negócio que é a distribuição de energia elétrica.

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Receita da unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	57.157	-	57.157
Atividades não vinculadas - ANV	-	-	-	-	-
	-	-	57.157	-	57.157

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 19/2011 às metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à primeira etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 15 de março de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 555 de 27, de junho de 2013, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

As tarifas, homologadas produziram efeitos retroativos a partir de 28 de setembro de 2014 até 27 de setembro de 2015. Em setembro de 2014, a ANEEL homologou a revisão tarifária da CERMOFUL através da Resolução Homologatória nº 1.795./2014.

Com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória a ser encaminhado para análise da ANEEL e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, essa permissionária estima que as tarifas de fornecimento serão aumentadas quando definidas pela ANEEL.

Essa situação somente poderá ser analisada após a opção de aplicação da metodologia do 2º ciclo para as tarifas da Cooperativa.

Adicionalmente, por meio da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas na alteração dos submódulos 8.1, 8.2, 8.3 e acrescentou o submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de

março de 2016.

Através de aditivo de contrato a permissionária aderiu a metodologia do Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016, já aplicado aos reajustes tarifários ocorridos no exercício.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

17.4. Ajuste da Parcela “B” em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada a permissionária não prevê ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

17.5. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

A CERMOFUL, sediada na cidade de Morro da Fumaça (SC), atende cerca de 14 mil unidades consumidoras, cujo o consumo de energia representa uma receita de 40 milhões de reais. Este ano a permissionária foi submetida ao processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP. Por ter optado em assinar o Termo aditivo ao contrato de permissão, aprovado pela REN 704/2016, a definição da parcela B segue a regra descrita no submódulo 8.4 do PRORET.

Com relação a parcela B, sua participação no reajuste tarifário é de 49,24% da receita, resultando num efeito de 2,83% na variação econômico financeira da tarifa vigente.

Ao resultado da variação econômica, de 11,06%, foram adicionados os componentes financeiros devidos no total de 1,40%, contribuindo com o efeito final de 12,46% sobre as tarifas de energia elétrica vigentes para a CERMOFUL.

Vale ressaltar que o componente financeiro Subvenção CDE refere-se ao pedido de reconsideração interposto pela Cooperativa Fumacense de Eletricidade – CERMOFUL, em face da Resolução Homologatória nº 2.339/2017, que solicitou a correção da base de dados de ativos utilizada na definição do valor da subvenção para compensar a baixa

densidade de carga e a consideração dos efeitos no processo tarifário de 2018.

A Superintendência de Gestão tarifária acatou o pedido de reconsideração e concluiu pela necessidade de se retificar o valor da densidade de carga e do valor anual da subvenção para compensar a baixa densidade de carga, definidos no Anexo REN 788/2017 para 137,43 MWh/km e R\$ 318.157,59, a preços de agosto/2016, bem como considerar os efeitos no processo tarifário atual.

Destaca-se que a CERMOFUL solicitou que fosse aplicado o coeficiente de transição de 0,9, a fim de reduzir o impacto econômico da variação tarifária da estrutura tarifária entre o grupo A e o grupo B, qual está sendo absorvido integralmente pelos consumidores de baixa tensão. Ocorre que a regulamentação de estrutura tarifária não prevê transição para permissionárias. O que está previsto é a proposição de estrutura tarifária por meio de campanha de medidas como ocorre com as concessionárias. Ademais, tal alteração implicaria no aumento da tarifa do consumidor de alta tensão, que atualmente já é maior que a Celesc, enquanto a tarifa residencial B1 é menor (Celesc – R\$/MWh 520,90, CERMOFUL – R\$/MWh 507,40).

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.464, de 28 de setembro de 2018, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da CERMOFUL cujo reajuste médio foi de 10,00%, correspondendo a um efeito médio de -0,6% a ser percebido pelos consumidores de alta tensão e um efeito médio de 21,6% a ser percebido pelos consumidores de baixa tensão.

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da CERMOFUL é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado:

Descrição	Receita Último IRT (R\$)	Receita Verificada (R\$)	Revisão (R\$)	Variação Projetado (%)	Impacto na Revisão Tarifária (%)	Participação Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)						
1.1. Encargos Setoriais	4.749					10,69
TFSEE	106	-	-	-	-	0,24
CDE	3.769	-	-	-	-	8,48
PROINFA	874	-	-	-	-	1,97
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	6.636					14,92
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão CUSD	6.636	-	-	-	-	14,92
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	11.186					25,16
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	11.186	-	-	-	-	25,16
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	21.898					49,24
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	16.123	-	-	-	-	36,26
2.2. Remuneração	1.170	-	-	-	-	2,63
2.3. Depreciação	1.984	-	-	-	-	4,46
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	2.621	-	-	-	-	5,89
3. Reposicionamento Econômico						11,06
4. Componentes Financeiros						1,40
5. Reposicionamento com Financeiros						12,46
6. Financeiros Retirados do IRT anterior						-
7. Efeito médio a ser percebido pelos consumidores						10,00

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a CERMOFUL seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a CERMOFUL seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATORIO E SOCIETÁRIO - ATIVO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais)

Ativo	Notas	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo circulante		14.410	(32)	14.442	12.569	(32)	12.601
Caixa e equivalentes de caixa		1.821	-	1.821	570	-	570
Consumidores	18.1	9.001	-	9.001	8.294	-	8.294
Seniços em curso		1.456	-	1.456	1.350	-	1.350
Tributos compensáveis		257	-	257	201	-	201
Almoxarifado operacional		691	-	691	450	-	450
Ativos financeiros setoriais	18.2	226	(32)	258	258	(32)	290
Despesas pagas antecipadamente		31	-	31	31	-	31
Outros ativos circulantes		927	-	927	1.415	-	1.415
Ativos de operações descontinuadas							
Bens destinados a alienação		963	963	-	1.057	1.057	-
Ativo não circulante		38.864	-996	39.860	42.495	(961)	43.456
Consumidores		1.016	-	1.016	1.046	-	1.046
Depositos judiciais e cauções		41	-	41	50	-	50
Tributos compensáveis		28	-	28	64	-	64
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros da permissão	18.3	-	(5.435)	5.435	-	(5.201)	5201
Investimentos		-	(414)	414	-	(394)	394
Imobilizado	18.4	37.571	37.571	-	41.139	41.139	-
Intangível	18.5	208	(32.718)	32.926	196	(36.505)	36.701
Total do ativo		54.237	-65	54.302	56.121	64	56.057

BALANÇO PATRIMONIAL REGULATORIO E SOCIETÁRIO - PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais)

Passivo	Notas	2018			2017		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante		14.796	-	14.796	13.501	-	13.501
Fornecedores		2.457	-	2.457	1.582	-	1.582
Empréstimo e financiamento		762	-	762	578	-	578
Obrigações sociais e trabalhistas		861	-	861	802	-	802
Tributos		4.001	-	4.001	3.975	-	3.975
Provisão para litígios		1.221	-	1.221	459	-	459
Encargos setoriais		1.094	-	1.094	927	-	927
Passivos financeiros setoriais		344	-	344	764	-	764
Outros passivo circulantes		4.056	-	4.056	4.414	-	4.414
Passivo não circulante		19.896	-	19.896	27.076	-	27.076
Empréstimo e financiamento		6.971	-	6.971	8.889	-	8.889
Tributos		2.479	-	2.479	5.114	-	5.114
Provisão para litígios		2.263	-	2.263	2.263	-	2.263
Outros passivos não circulantes		2.273	-	2.273	5.752	-	5.752
Obrigações vinculadas a permissão		5.910	-	5.910	5.058	-	5.058
Total do passivo		34.692	-	34.692	40.577	-	40.577
Patrimônio líquido							
Capital social		11.683	-	11.683	10.614	-	10.614
Outros Resultados Abrangentes		270	(466)	736	476	-260	736
Reserva de Sobras		6.605	324	6.281	4.177	229	3.948
Sobras a disposição da AGO		987	77	910	277	95	182
Total do patrimônio líquido		19.545	-65	19.610	15.544	64	15.480
Total do passivo e do patrimônio líquido		54.237	-65	54.302	56.121	64	56.057

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017
(Valores expressos em reais)

Notas	2018			2017		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade						
Receita / Ingresso	57.157	(3.260)	60.417	51.240	(3.115)	54.355
Fornecimento de energia elétrica	56.196	-	56.196	48.676	-	48.676
Ativos e passivos financeiros setoriais	49	-	49	2.031	-	2.031
Serviços cobráveis	64	-	64	49	-	49
Doações, contribuições e subvenções	848	-	848	484	-	484
Outras receitas vinculadas	-	(3.260)	3.260	-	(3.115)	3.115
Tributos	12.948	-	12.948	11.246	-	11.246
ICMS	12.806	-	12.806	11.141	-	11.141
Pis	25	-	25	19	-	19
Cofins	117	-	117	86	-	86
Encargos - Parcela "A"	5.592	-	5.592	5.950	-	5.950
Pesquisa e desenvolvimento - p&d	-	-	-	-	-	-
Programa de eficiência energética - pee	-	-	-	-	-	-
Conta de desenvolvimento energético - cde	3.056	-	3.056	3.471	-	3.471
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfse	101	-	101	93	-	93
Outros encargos	2.435	-	2.435	2.386	-	2.386
Receita Líquida / Ingresso Líquido	38.617	(3.260)	41.877	34.044	(3.115)	37.159
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"	17.921	-	17.921	14.901	-	14.901
Energia elétrica comprada para revenda	10.860	-	10.860	9.574	-	9.574
Encargo de uso do sistema de distribuição	7.061	-	7.061	5.327	-	5.327
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	20.696	(3.260)	23.956	19.143	(3.115)	22.258
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	16.961	(2.498)	19.459	15.953	(2.612)	18.565
Pessoal e administradores	6.604	-	6.604	7.331	-	7.331
Material	552	-	552	461	-	461
Serviços de terceiros	1.820	-	1.820	1.949	-	1.949
Arrendamentos e aluguéis	354	-	354	443	-	443
Seguros	36	-	36	34	-	34
Doações, contribuições e subvenções	126	126	-	167	167	-
Provisões	4.760	4.760	-	919	919	-
Perdas na Alienação de Bens e Direitos	287	287	-	129	129	-
(-) Recuperação de Despesas	(33)	(33)	-	(29)	(29)	-
Tributos	124	-	124	84	-	84
Depreciação e amortização	1.955	(65)	2.020	1.892	(94)	1.986
Gastos diversos	376	(2.099)	2.475	2.573	2.326	4.899
Outras receitas operacionais	1.161	1.161	-	790	790	-
Outros despesas operacionais	321	(5.153)	5.474	193	(1.185)	1.378
Resultado da Atividade	4.575	762	4.497	3.787	(5.727)	3.693
Resultado financeiro	(1.389)	-	(1.389)	(3.085)	0	(3.085)
Receita financeiras	653	-	653	587	-	587
Despesas financeiras	2.042	-	2.042	3.672	-	3.672
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras	3.186	762	3.108	702	(5.727)	608
(-) Contribuição social	(19)	-	(19)	-	-	-
(-) Imposto de renda	(30)	-	(30)	-	-	-
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	3.137	762	3.059	702	(5.727)	608

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

18.1. Consumidores

Não houve ajustes para o grupo.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes para o grupo.

18.3. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

A diferença é constituída de bens com duração acima da data prevista para o encerramento do contrato de permissão.

18.4. Imobilizado

18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado nos anos de 2018 e 2017 qualquer remuneração aos ativos financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilégio fiscal da isenção e também ao fato de apuração de perdas significativas no exercício anterior.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2018	2017
Saldos contabilidade societária	19.610	15.527
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(65)	17
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)		-
Ativos e passivos financeiros setoriais		-
Reavaliação regulatória compulsória	(466)	(260)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória		
Reserva de sobras	401	277
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	19.545	15.544

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, representada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação das sobras líquidas societária e regulatório

	2018	2017
Sobra (perda) líquido conforme contabilidade societária	910	182
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	77	95
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	77	95
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Sobras (perdas) líquida regulatório	987	277

Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2017, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formação Básica das Notas Explicativas

As notas explicativas da administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis foram redigidas obedecendo rigorosamente a Legislação pertinente e teve autorização para sua divulgação em 26/03/2019 pelo Conselho de Administração, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil as Políticas Contábeis específica para o setor elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil).





0800 643 2616
www.cermoful.com.br

Rua Prefeito Paulino Bif, 151 - Centro
Morro da Fumaça - 88830-000

48 **3434 8100**
cermoful@cermoful.com.br

 @cermoful  @cermofulenergia